

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**SILMAR DA SILVA DUTRA**

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO A ADOLESCENTES E  
JOVENS: O DESAFIO DE CONSTRUIR E EFETIVAR POLÍTICAS SOCIAIS  
PÚBLICAS**

**Porto Alegre**

**2008**

**SILMAR DA SILVA DUTRA**

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO A ADOLESCENTES E  
JOVENS: O DESAFIO DE CONSTRUIR E EFETIVAR POLÍTICAS SOCIAIS  
PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
a obtenção de grau de Assistente Social,  
pela Faculdade de Serviço Social da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul.

Orientador: Professora Dra. Berenice Rojas Couto

**Porto Alegre**

**2008**

À minha mãe Ana (in memoriam), minha maior referência de luta e superação;  
minha fonte de luz e força espiritual. A meu filho Leonardo e minha esposa Camila  
Louise, protagonistas de um novo tempo de sonhos e realizações em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me alimentar de esperança e amor a cada dia e por proteger-me sempre.

A minha família, Camila e Leonardo, por toda a paciência do mundo e pelo esforço em me apoiar, me compreender, me guardarem em seus corações mesmo na distância.

A meus familiares, que torcem por mim e fazem parte dessa conquista tão almejada por mim.

A Supervisora de Campo de Estagio, Assistente Social Karla da Rosa de Freitas, pela paciência, pelo apoio, pelas orientações, pela escuta atenta que me fizeram refletir sobre o processo de trabalho profissional.

Aos amigos e colegas de trabalho do CRAS Restinga e Extremo Sul da FASC, Porto Alegre, com os quais convivi durante a realização do Estagio Curricular, junto ao Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Agradeço de modo especial à Referência do programa Sandra Fouchard Dias, pelo exemplo de empenho na efetivação de processos pedagógicos comprometidos com os direitos das crianças e adolescentes, e pelos livros emprestados, contribuindo para aproximações com dados da realidade da juventude brasileira. À Instrutora Ana Paula Mendes, cujo papel profissional desenvolvido junto ao Agente Jovem possibilitou a superação de diversos aspectos grupais da realidade de cada adolescente.

À minha Supervisora Acadêmica de todo o estagio em Serviço Social, Professora Dra. Dolores Sanches Wünchs, por todo o processo de aprendizagem acadêmica dialogado, pelo exemplo de capacidade profissional de alguém que sabe ser cordial, jovial, exigente, sensível as necessidades de seus alunos, e eximia orientadora na busca do saber.

A Orientadora Professora Dra. Berenice Rojas Couto, carinhosamente chamada de Berê, por todo processo de orientação e construção do Trabalho de Conclusão de Curso. Pela sua sabedoria que vai além do saber acadêmico e que a faz ser uma pessoa tão bem reconhecida na sociedade, por sua brilhante capacidade ética profissional.

A todos os professores e colegas da PUCRS, pela amizade, companheirismo, alegria de conviver na caminhada acadêmica.

A todos os colegas, amigos e professores da UNIFRA, de Santa Maria, que comigo iniciaram na busca do conhecimento profissional no Serviço Social, com os quais partilhei minhas primeiras expectativas e anseios em relação à Assistência Social.

Agradeço também àqueles que foram decisivos no processo acadêmico, por confiarem em mim, através da amizade e parceria, possibilitando a realização do sonho da formação profissional. Destaco os amigos Carolina e Vantuir, e, de modo especial, Mariza e Vianey Carlet, em virtude do apoio incondicional a mim dispensado nos momentos mais difíceis da caminhada.

Enfim, agradeço a todos que participam comigo na realização de sonhos e na construção de dias melhores para a nossa sociedade, superando as dificuldades do cotidiano.

*“A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho” (FREIRE, 1996:79).*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>A REALIDADE SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL NA ATUALIDADE</b> .....	<b>11</b>
2.1	A GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE .....	18
2.2	O PROCESSO SOCIAL DE CONCEITUAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE .....	26
2.3	A REDE COMO POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DE ESPAÇOS DE INCLUSÃO SOCIAL: O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DA REDE. ....	31
<b>3</b>	<b>ESTRATÉGIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO A ADOLESCENTES E JOVENS E DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS</b> .....	<b>37</b>
3.1	APROXIMAÇÕES COM O CAMPO DE ESTÁGIO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL .....	42
3.2	O GRUPO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO COLETIVA .....	49
3.3	CONHECIMENTO DA REALIDADE INDIVIDUAL E GRUPAL .....	51
3.4	A PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO JUVENIL A PARTIR DO DESVENDAMENTO DO OBJETO DE INTERVENÇÃO EM CAMPO DE ESTÁGIO PARA A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL DE ADOLESCENTES E JOVENS .....	53
3.5	AS MUDANÇAS NO PROGRAMA AGENTE JOVEM E O PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO NOS TRÂMITES INSTITUCIONAIS PELO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL .....	59
<b>4</b>	<b>A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL: ABORDAGEM DE TEMÁTICAS E DINÂMICAS COLETIVAS</b> .....	<b>63</b>
4.1	MUNDO DO TRABALHO .....	65
4.2	PROJETO PESSOAL DE VIDA .....	68
4.3	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS E ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI .....	68
4.4	SEXUALIDADE E PREVENÇÃO .....	70
4.5	ESCOLARIZAÇÃO .....	73
4.6	O MUNDO DAS DROGAS .....	74
4.7	SUPERAÇÃO DE CONFLITOS .....	77

4.8	ESPORTE .....	79
4.9	PROJEÇÃO DE FILMES.....	80
4.10	INCLUSÃO DIGITAL .....	83
4.11	EFETIVAÇÃO DO ACESSO A CULTURA E LAZER .....	84
<b>4.12</b>	<b>O HIP HOP .....</b>	<b>85</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar reflexões acerca das políticas públicas para adolescentes e jovens no Brasil, com especial abordagem acerca dos processos de trabalho onde o Assistente Social se insere e com os quais pode contribuir perante a realidade nas relações institucionais e sociais. Esse é um desafio que se impõe ao Serviço Social, já que a construção de processos de trabalho nessa área requer uma capacitação qualificada, que abarca um amplo conhecimento da realidade social, de questões ideológicas presentes nas relações sociais históricas, de abordagem de conceitos emancipatórios sobre a adolescência e juventude, imbuídos de comprometimento com a transformação social.

Dessa forma, aponta-se para a abordagem das políticas públicas voltadas para o atendimento das demandas sociais oriundas da população, que precisam de intervenção através de programas e projetos sociais que já existem, mas também por intermédio de programas e projetos a serem criados nas esferas estatais e privadas. Destaca-se aqui o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, por ser o espaço em que foram efetivadas aproximações teórico-metodológicas, com abordagem de instrumentos que tornam possíveis a construção de um processo de educação social, de superação da alienação, de efetivação da participação coletiva e como via de inserção em espaços públicos e de direitos sociais.

As abordagens aqui postas vinculam reflexões críticas sobre a realidade, tendo por referência autores do pensamento crítico em Serviço Social, mas também abordando produções culturais e de conhecimento existentes em nossa sociedade. Dessa forma, tem-se um desvendamento em torno das inferências de cunho ideológico sobre a população, que geram exclusão, desigualdade e injustiças sociais, vulnerabilizando adolescentes e jovens. Em contrapartida ao projeto de desestruturação social dos direitos, defende-se os direitos já conquistados historicamente e legitimados na Constituição Federal de 1988, através da proposição de Políticas Públicas que superem a cultura da opressão e da desmobilização social.

O presente trabalho organiza-se a partir do seguinte esquema: no capítulo segundo, procura-se abordar o conhecimento da realidade social, econômica e política na atualidade, apresentando os nuances considerados significativos para a temática, perpassando questões sobre a gestão das políticas públicas para a Juventude. Nele aborda-se a conceituação de juventude a partir de referenciais inseridos no processo histórico e social e a rede como possibilidade de efetivação da inclusão social concomitante as relações familiares. A importância dessa forma de abordagem justifica-se pelo fato de que, em muitos casos, as políticas públicas são pensadas equivocadamente, baseada em conceitos retrógrados, naturalistas, tradicionais e alienadores da condição específica da juventude. E, com propósito de apresentar superações conceituais e tratamento teórico-metodológico coerente com as necessidades juvenis, aborda-se uma reflexão acerca das redes sociais onde são estabelecidos laços de pertencimento, em especial no âmbito da família. Daí a proposição reflexiva em torno das “redes como possibilidade de efetivação de espaços de inclusão social: o papel da família no processo de articulação da rede”.

Já no capítulo terceiro, elabora-se significativas reflexões, inclusive em nível de contribuição para a construção de um processo coerente e comprometido com a emancipação de jovens e adolescentes, a partir do Serviço Social. Tem-se então aproximações com as Estratégias Teórico-metodológicas de intervenção do Serviço Social Junto a Adolescentes e Jovens e Desafios Ético-Políticos. Tendo em vista a possibilidade de efetivação de um processo de trabalho comprometido com a causa da juventude, com a superação da alienação e com a autonomia das pessoas, infere-se na utilização da abordagem grupal, do conhecimento do movimento grupal e da promoção do protagonismo juvenil dentro do Programa Agente Jovem, a partir do qual as intervenções são realizadas em campo de estágio.

Finalmente, apresenta-se “A Promoção da Participação Juvenil: Abordagem de Temáticas e Dinâmicas Coletivas”. Esse processo é de suma importância quando se trata do trabalho com adolescentes e jovens, pois valoriza o interesse e as necessidades dos mesmos, sem incorrer em processos de cerceamento ou imposição “conteudista”, na formação e na educação social. Assim, respeita-se valores e a condição específica juvenil, promovendo a participação e a cidadania, contribuindo para a superação da alienação, a conscientização, o empenho com a própria capacitação pela via da informação e da educação coletiva. A abordagem das temáticas e dinâmicas é realizada citando-se exemplos das ações realizadas em

conjunto com o grupo Agente Jovem, cujas vivências elucidam o processo coletivo realizado, de conscientização, de acesso a informação, a cultura, ao lazer, ao esporte, a cidadania.

Salienta-se que os capítulos 3 e 4 representam um diálogo constante com o trabalho realizado no CRAS Restinga e Extremo Sul, junto ao Grupo Agente Jovem. Assim, tanto as ações apontadas e referenciadas através dos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social (Diários de campo, Relatórios Descritivos Processuais), como as reflexões feitas tem relação intrínseca com o processo de trabalho cotidiano junto a esse grupo.

Por fim, nas considerações finais, aponta-se nuances significativos acerca das reflexões desse trabalho de conclusão que permanecem como desafio profissional no tocante a efetivação das Políticas Públicas em prol da juventude e dos processos de trabalho nos quais o Assistente Social se insere.

Quer-se, então, abordar neste trabalho, um processo de conceituação e de proposição político e estratégico referente a adolescência e juventude. Desse modo, as reflexões acerca da realidade servem para superar a alienação cultural existente, que desestrutura a condição de conquista dos direitos sociais. Eis então, o desafio a que se propõe, o qual espera-se apresentar-se caminhos para a materialidade das Políticas Publicas para a juventude.

## 2 A REALIDADE SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL NA ATUALIDADE

Para realizar uma abordagem crítica e propositiva em relação a temática que aqui se propõe, considera-se primordial perfazer uma contextualização sobre a realidade brasileira, sua historicidade e assim, tornar possível desvendar o cotidiano atual. Por isso, apresenta-se aspectos relevantes do contexto global e histórico, das influências ideológicas oriundas do processo de metabolismo social provocados pelo liberalismo, seguido das tentativas de estabelecimento do estado de bem-estar social com o Keynesianismo e atualmente, o neoliberalismo como sistema regulador das relações sociais do capital e trabalho na sociedade.

Nos dias atuais, verifica-se uma intensa exclusão de pessoas do acesso ao trabalho, do acesso a bens de consumo e a cultura, resultante da ideologia dominante nas relações sociais, que sobrepõem o lucro em detrimento do bem estar humano. Percebe-se o crescimento contínuo da exclusão social que afeta as pessoas pobres, com baixa escolaridade, que se situam nas mais diversas faixas etárias. Sabe-se que esse quadro é justificado a partir da forma político-ideológica da regulação de mercado, em que os sujeitos tornam-se fragilizados e expostos a relações de competição, luta pela sobrevivência, informalidade, carência de proteção estatal, em função mesmo da forte atuação neoliberal na regulação mercadológica, em que a flexibilidade de produção do modelo Toyotista está presente no mercado de trabalho.

Então, analisando criticamente a realidade brasileira, percebe-se a inserção marcante do processo que vem gerando:

[...] a desestruturação da sociedade de direitos, pervertendo a lógica das relações sociais para uma sistemática de exclusão e exploração. É nesse contexto que o capitalismo se recupera após sua crise estabelecida com a decadência do sistema taylorista/fordista do início dos anos 70 (ANTUNES, 2004:48).

O autor aponta que tal sistema gerou entre muitos prejuízos, o desemprego estrutural, hipertrofia da esfera financeira e a crise do “Estado de bem estar social”.

Todo esse processo foi sendo gerado a partir da II Guerra Mundial de 1945, em que o mundo experimenta de forma global, uma expansão internacional das economias globais, saturando os estados nacionais e provocando crise no sistema

de regulação social, o keynesianismo. Para dar resposta ao “metabolismo social” que ocorria, o capitalismo reformulou-se, gerando em nível global o que temos hoje:

O sistema toyotista de organização da produção de mercado de trabalho pela intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas quer pelo ritmo e a velocidade de cadeia produtiva pelo sistema de luzes (ANTUNES, 2004:48).

Com isso já que a inserção do sujeito se dá pelo trabalho na sociedade de produção e de consumo, as pessoas vão sendo excluídas. As máquinas, a tecnologia, o novo modo de produção passou a exigir mais e menos trabalhadores, pondo na margem uma grande massa social. Há uma substituição do antigo processo de produção, caracterizada pelo esforço físico, a especialização, e a repetição, por um processo criativo, moderno, flexível. O consumo passou a ser respondida por uma produção que se dá planejada somente para as necessidades.

O mercado capitalista influi e modifica os valores anteriormente considerados permanentes, resignificando-os e tornando-os efêmeros, legitimando o consumo como possibilidade única de conquista de status, de geração de novas necessidades, alienando a sociedade em razão da concorrência e da exclusão. E, essa concorrência do ser humano se dá entre ele próprio e com a máquina, num sistema de morte, onde cada qual deve se “debater” para conquistar seu próprio espaço de sobrevivência, submetendo-se as exigências do mercado.

As mudanças ocorreram muito rápidas, e os direitos foram flexibilizados fazendo com que as pessoas tentem adaptar-se a tecnologia, se quiserem estar inserida no mercado de trabalho, e terem acesso a direitos (trabalhistas). Além disso, o discurso da globalização também tem gerado um processo de dominação em “nível planetário”, irrestrito, de “internacionalização do capital”, cada vez mais monopolizado. “Ela significa o privilegiamento da internacionalização dos capitais, mas não da força de trabalho ou das idéias” (SANT’ANA, 2000:77). A globalização requer das empresas transnacionais, garantia de infra-estrutura e liberalização de tarifas, como forma de garantir a obtenção de rentabilidade e lucro. Caso contrário muda-se de local, ou região, não se limitando a barreiras fronteiriças dos Estados Nações, para atingir a meta desejada.

Nesse sentido, a implementação do Toyotismo, cujo princípio da “racionalidade produtiva e flexível, supõe direitos também flexíveis” (SANT’ANA,

2000:87), ganha força com o advento do neoliberalismo, especialmente agudizado nos anos de 1990 na sociedade brasileira. A vida social cotidiana sofre os reflexos desse processo e torna-se cada vez mais precarizada, sem amparo do Estado, que torna-se mínimo na defesa dos direitos e na promoção das políticas públicas e, máximo em defender os interesses do capital espoliador da classe trabalhadora.

As leis relacionadas aos direitos trabalhistas são alteradas, enfraquecendo a luta de classes e as organizações sindicais. Estas últimas, em muitos casos aliam-se aos patrões no entremeio de “negociações” unilaterais. Dentre as mudanças na legislação, estão à criação do banco de horas, a lei do voluntariado, entre outros.

Esse cenário é responsável por gerar demandas cada vez maiores, ampliando os níveis de pobreza, a desigualdade social, o alcoolismo, a drogadição, a desestruturação dos vínculos familiares, a violência intra-familiar, o desemprego, o desemprego estrutural entre outros. Destaca-se também que, apesar dos discursos de defesa dos direitos e da democracia, aliados a busca de um ideal de civilização para o novo milênio, ainda convive-se com gestos que, ao invés de diminuir ou serem extintos, aumentam, como é o caso da exploração e a violência sexual infantil, da exploração da mão de obra escrava de crianças e adolescentes e a discriminação étnica sob a égide do preconceito vivenciado nas relações sociais de classe. Tudo isso se torna comum ao convívio diário, como se fizesse parte indissociável das relações humanas, sem percepção de sua origem e de sua força na fragilização e na fragmentação dos laços de vida da classe pauperizada e trabalhadora.

Também é importante destacar que as relações sociais de hoje, influenciadas pelas exigências sócio-técnicas do mercado de trabalho, tem gerado um exército de excluídos do mercado dito formal, longe da proteção das leis trabalhistas ou da vinculação com as mesmas, estando lançados a própria sorte, tendo que sobreviver de biscates e da “ilegalidade” da pirataria, quando estas lhe forem permitidas. Logicamente que para buscar a própria sobrevivência, quando os meios adequados não estão ao alcance, muitos recorrem a essa ilegalidade e entre outras, gerando o mercado do crime, do tráfico, dos assaltos entre outros. Em relação a isso, muitas vezes aponta-se somente aspectos positivos de tal sistema, como o progresso, os avanços técnicos e científicos, o avanço das telecomunicações e das ciências. No entanto, em oposição a isso, tem-se um crescente quadro social de estigmatização dos sujeitos, através da atribuição a si mesmo da culpa pela sua incapacidade de

prover recursos para sua própria vida, gerando opressão, exclusão e abandono do cidadão oprimido e indefeso. Não que se queira defender a violência e o crime, mas ressaltar que esses elementos são característicos dessa sociedade capitalista, por influência de sua ideologia de competição acirrada e de morte, onde impera a exclusão e a desigualdade.

Nesse cenário o Estado, passou a ser visto como incapaz de administrar e não responde as necessidades da sociedade, tornando-se alheio a garantia de direitos sociais. O neoliberalismo impõe ao Estado limites que o torna frágil e debilitado para o social, e especialmente nos anos de 1990, o Brasil passa a privatizar estatais, justificando esse ato. Nessa esteira do neoliberalismo, muitas Organizações Não Governamentais e instituições caritativas se voltam para o atendimento da parcela marginalizada da sociedade.

Por isso, todo esse contexto expõe que o processo de constituição social é um desafio a “desvendar o real, penetrando nas tramas do cotidiano, analisando a realidade como um todo [...] numa relação de forças” (MARTINELLI, 2000:04), de forma dinâmica, sistematizada e continua. Esse processo, portanto precisa ser uma atividade crítica e criativa, inserida em um contexto amplo, histórico e dinâmico.

É no interior das instituições, que se destinam a prestar serviços sociais que os profissionais são desafiados a dar respostas éticas, políticas, críticas, cuidando para não se tornar um mero executor de tarefas, mas como alguém que “vende” sua força de trabalho para a transformação social em que os direitos sejam garantidos juntamente com a cidadania e dignidade, para que no estabelecimento das relações, na correlação de forças o usuário seja representado e defendido profissionalmente, pela tomada de posição do profissional, no cotidiano.

Nesse contexto, situa-se a juventude, especialmente das camadas mais pobres, como não detentora do poder de acesso a direitos, tornando-se uma imensa massa de excluídos do mercado de consumo, do trabalho, do lazer, dos bens socialmente produzidos entre outros. Os índices apontados em um site do próprio governo federal apontam que:

O Brasil tem 48 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos, dos quais 34 milhões têm entre 15 e 24 anos. É, nesta faixa etária que se encontra a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade (Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br))

Apesar disso, a crescente busca por efetivar processos de inclusão e inserção social tem sido construído nos últimos anos, especialmente através da participação dos próprios jovens em instâncias organizacionais da sociedade civil, como grupos de jovens, além dos Conselhos de Direitos da Juventude, criação da Secretaria da Juventude, entre outros. Além disso, existe uma luta de entidades públicas e não governamentais em implementar programas e projetos com essa finalidade.

No entanto, defende-se que, para reverter o quadro de exclusão, a inserção deve ser buscada através da luta, já que isso não ocorre ao “natural”. Conforme Dubar (2001),

o dever de inserir-se na tentativa de encontrar um trabalho, uma vez finda a escola ou a universidade, não é de modo algum um dado ‘natural’ que tenha sempre existido [...]. Mesmo a palavra ‘inserção’ é utilizado nesse sentido há pouco tempo o mesmo acontecendo com a questão da ‘inserção dos jovens’ que só se tornou um ‘problema social’ e um objeto de políticas públicas, na França, há não mais que um quarto de século aproximadamente (DUBAR 2001:12 apud GUIMARÃES, 2005:154).

Desse modo, nota-se que enquanto não houver mobilização, conscientização e participação direta da sociedade como um todo, e no caso, da própria juventude, esse “problema social” (Sposito e Carrano 2003) persistirá, aliado as dificuldades do nosso tempo, que dizem respeito a questão da qualidade e do acesso a educação, a saúde, ao trabalho, ao lazer, ao esporte entre outros. Sposito e Carrano (2003), em artigo “Juventude e Políticas Públicas no Brasil” apontam que as políticas setoriais de educação, trabalho e saúde, historicamente foram contempladas de modo indireto:

No Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela idéia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações (SPOSITO e CARRANO, 2003:17).

Os mesmos autores, que vinculam suas produções de conhecimento a área da educação, também propõem um ideal de política pública e uma forma de pensar no tratamento do jovem não como “problema social” (GUIMARÃES, 2005), mas como uma questão de cunho político, a ser superados por processos também de natureza política.

Os dados da pesquisa mencionados no livro Retratos da Juventude Brasileira, apresentam uma realidade preocupante em relação a áreas como desemprego e a



educação. Segundo a OIT, o desemprego entre jovens de 15 a 24 anos sofreu uma forte elevação nos últimos 10 anos completados em 2003, alcançando nesta data, cerca de 88 milhões de pessoas, ou seja, 47% do total global da população desempregados no mundo (BRANCO, 2005:129).

Em relação à educação, a pesquisa constata que em 2001, cerca de 60% dos 34 milhões de jovens ainda não estavam freqüentando a escola. E, os índices de 2003 foram ainda mais elevados, pois chegaram a apontar 63% de jovens não estavam estudando no momento da realização do levantamento (SPOSITO, 2005:98).

A falta de trabalho e acesso a escolarização podem ser considerados os piores elementos que favorecem a exclusão social e contribuem para que o atual contexto brasileiro seja precário, de vulnerabilidade social. Além disso, conforme interessa à ideologia neoliberal e ao sistema regulador das relações do mercado e capital vigentes, acaba por aumentar a desigualdade social.

É premente o desafio da implantação de políticas públicas na esfera pública que possa reverter esse quadro. Os dados apresentados da realidade precisam ser refletidos e analisados criticamente a partir uma orientação teórico-metodológico e ético-política histórica, que direcione a intervenção junto à realidade, de forma comprometida e competente. Por isso, a análise da realidade que está sendo realizada, remete para uma discussão acerca da Questão Social, tida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se cada vez mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2005:27).

A Questão Social é o objeto à que os Assistentes Sociais se propõem a desvendar, proporcionando como produto de seu processo de trabalho a transformação social. Para compreendê-la, é preciso verificar as desigualdades sociais e as resistências que emergem da população como as estratégias de sobrevivência social, humana e cultural de pessoas e grupos sociais, ante o sistema capitalista.

Em relação ao quadro de desigualdades existentes em nosso país, observa-se a prevalência das mesmas, em questões de destaque, como o acesso à renda e ao trabalho por diferentes grupos étnicos, que degrada em especial à população

negra. Quanto à participação na apropriação da renda nacional, a distribuição entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico mostrava que, enquanto entre os brancos eram, em 2006, 26,1% dos mais pobres; entre os que estavam na classe mais favorecida, eles representaram quase 86%. Por sua vez, os pretos e pardos eram mais de 73% entre os mais pobres e somente pouco mais de 12% entre os mais ricos. Essas desigualdades se verificavam em todas as grandes regiões (IBGE, 2006).

Para piorar, apesar de muitos analistas apontarem diminuições nesses índices de desigualdade, questões como o analfabetismo também contribui para o dilaceramento da população mais pobre, já que a falta do acesso à educação, a principal forma de capacitação para enfrentar o mercado e melhorar a vida dos cidadãos, continua fortemente enraizado no tecido social. No Brasil, o analfabetismo atinge 14,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais e está concentrado nas camadas mais pobres, nas áreas rurais, especialmente do Nordeste, entre os mais idosos, de cor preta e parda. Por outro lado, é importante notar que, entre 1996 e 2006, o percentual de jovens de 15 a 24 anos analfabetos reduziu-se bastante, chegando a 5,8% (IBGE, 2006). Observa-se o quanto esses aspectos se unem para formar o quadro de vulnerabilidade social.

Verifica-se, então, através de observações do cotidiano da nossa sociedade e de modo especial de adolescentes e jovens, algumas fragilizações comuns e, enquanto contraponto, algumas resistências. As fragilidades expressam-se através da dificuldade em acessar recursos da sociedade, de terem seus direitos efetivados enquanto “sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento” (ECA, 1992, Art. 15), do acesso à saúde, educação, moradia, entre outros. Ainda, as comunidades em que vivem as populações mais empobrecidas, são objeto de estigma da violência, do tráfico de drogas, da pobreza. Mas, em contraponto, percebe-se através do empenho e da luta, a vontade afirmada na constante busca por recursos para a própria sobrevivência, em querer superar a vulnerabilidade. Isso acaba “obrigando” muitos a criarem formas específicas de expressão dessas resistências, vistas através das inúmeras habilidades de que dispõe como arte, musicalidade, a dança, o movimento Hip Hop, a linguagem própria. No entanto, continua-lhes a faltar oportunidades e espaços para capacitar-se e inserirem-se na sociedade como cidadãos iguais.

## 2.1A GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Antes de desenvolver a questão das Políticas Públicas, em primeira instância, destaca-se o porquê da existência das mesmas. Em seguida, delinear-se-á a conceituação das mesmas e a sua efetividade no solo social, histórico e legal do Brasil.

O Estado, em consonância com a sociedade civil organizada, tem um papel de proteger o cidadão e promover a sua satisfação e realização. Quando isso não ocorre, uma ampla parcela populacional fica a margem do acesso aos direitos de saúde, de educação, da assistência social, do esporte, do lazer, do trabalho, do transporte entre outros. Dessa forma, uma abordagem coerente com a linha de defesa dos direitos da juventude e dos processos de construção de canais de participação popular, remete a uma abordagem conceitual de Política Pública que supere os meandros e limites assistencialistas, de oferta de mínimos sociais, em troca de uma referência realmente política. Sposito e Carrano (2003) apontam que

Em sua acepção mais genérica, a idéia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma determinada dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz a implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política, e compreende níveis diversos de relações entre Estado e sociedade civil na sua constituição [...] um traço definidor característico é a presença do aparelho público estatal na definição de políticas públicas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias (SPOSITO e CARRANO, 2003:17).

Os autores representam uma síntese da idéia que se quer abordar aqui acerca da política pública, como papel primaz em seu desenvolvimento assumido pelo Estado. Sua efetividade também transcorre no tempo, na história, demanda de planejamento e avaliação e do comprometimento ético-político, especialmente em se tratando da responsabilidade dos mais variados atores sociais, em superar limites político-partidários, o clientelismo, em prol da cidadania.

Mas, a cidadania somente pode ser atingida se for irrompido com os atuais processos de pauperização da população e do enfraquecimento das camadas mais vulneráveis do tecido social. Esse quadro de vulnerabilidade social afeta hoje milhões de adolescentes e jovens, que sofrem a frustração de não terem seus

direitos legitimados. Quase sempre tudo o que desejam não lhes é permitido realizar, por não terem meios de conseguir. Falta-lhes tudo no dia a dia. Vestem-se mal, alimentam-se mal, dormem mal etc. E, isso acaba por gerar um nível muito baixo de tolerância a frustração, já que tudo é muito difícil. Quando falta o imediato, é praticamente impossível de esperar por alguma coisa no futuro. Então, falta-lhes motivação para participar de um curso que não lhes traga resultado imediato. É preciso, pois, garantir a satisfação das necessidades básicas para que os sujeitos possam construir a própria autonomia e poder projetar a sua vida e os seus sonhos. Conforme Sarti (2003),

Não ter o que comer, a fome, significa não apenas a brutal privação material, mas a privação da satisfação de dar de comer, que vem da realização de um valor moral, desde repartir o pouco que se tem e também da necessidade de exibição de um bem tão fundamental, cuja ameaça de falta paira no ar (SARTI, 2003:62).

Essa expressão aponta vários elementos para uma reflexão, mas o que se quer destacar que é difícil conceber que alguém que não sacie sua fome imediata possa ir em busca de alimentar um futuro que sequer sabe se vai existir. Qual é a moral que impera sobre crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, oprimidas pelo sistema social que cobra comportamento, boa aparência, mas não os inclui no seu círculo de acesso a recursos mais frugais possíveis?

Chega-se assim, a um quadro de vulnerabilidade social em que estão submetidos muitos adolescentes e jovens e suas famílias. E, isso tudo precisa ser transformado. Devido a esse quadro, defende-se que haja no País um maior envolvimento intersetorial das políticas públicas para tornar possível a abrangência da juventude como um todo, incluindo adolescentes e jovens. Além da intersetorialidade, apela-se para o desenvolvimento conjunto de ações na esfera da Política de Assistência Social com a Política Nacional da Juventude, já que ambas, caminhando separadamente, não dão conta das demandas pertinentes a seus papéis na sociedade. Por isso, postula-se aqui que ambas caminhem lado a lado, na construção de processos que ampliem canais de participação juvenil em instâncias democráticas, mas também na efetivação de Políticas Públicas de emancipação, de capacitação profissional, de inserção no mercado de trabalho de forma digna e com geração de renda.

Nota-se certo descaso, falta de competência, de interesse em administrar a coisa pública percebendo nela os interesses dos usuários e os inúmeros profissionais que estão envolvidos. Em muitos casos, evidencia-se visivelmente a existência de um modelo de gestão liberal que procura esfacelar a entidade estatal, tornando-a incapaz de gerenciar, para depois ter motivo de transferir responsabilidades a iniciativa privada.

Mas, qual seria o caminho para tornar possível a efetivação dos direitos e desbancar a desestruturação social imposta pelo capitalismo? A resposta está no investimento em um processo de construção de políticas públicas como via de geração de uma nova cultura social. A questão da exclusão, da opressão e do empobrecimento populacional vem sendo materializado e cristalizado nos hábitos, nos costumes e nas relações sociais. Por isso, é necessário se criar uma nova cultura, que supere os parâmetros ditatoriais do neoliberalismo. Conforme Sposati (2004),

A conquista de direitos humanos e sociais supõe uma revolução político-cultural que provoca mudanças no modo de pensar e agir conservador, de concentração de riquezas intensamente presentes na sociedade brasileira (SPOSATI, 2004:10).

Jamais se pode esperar que essa superação ocorra ao natural. É preciso que os processos de enfrentamento sejam materializados, conflitando com os interesses de posse e exclusão social presentes no cotidiano cultural, político e social da população.

Um estudo do Projeto Juventude (2004) reflete que:

Políticas públicas para os jovens foram desenvolvidas com uma dualidade [...]: de um lado, políticas de educação, para jovens de classes médias e altas; de outro lado, políticas de assistência, para jovens em situações especiais de 'abandono', desvio e marginalidade, quase sempre das classes populares (ABRAMO e NOVAES, 2004:17).

Essa prática permeou os discursos em prol da juventude já desde os anos de 1980 a 2000, sem muito esforço, pode-se perceber sua permanência hodierna. Isso coloca a execução de projetos e programas sociais, através da assistência para os jovens pobres, sob um prisma de favor e não sob a ótica da autonomia e da emancipação social.

É necessário destacar que hoje se tem avançado, significativamente, no horizonte da promoção do acesso destinado a jovens de baixa renda em espaços educacionais, tradicionalmente garantidos à juventude de maior poder aquisitivo. Muitos programas sociais buscam vincular o atendimento sócio-educativo ao acesso à escola. Outros, como o caso do PROUNI, do Governo Federal, buscam promover o acesso também à universidade.

Alguns projetos sociais de assistência promovem o resgate de adolescentes de suas atuais situações de vulnerabilidade, como trabalho infantil, exploração sexual e evasão escolar. Destacam-se aí o Programa Agente Jovem (atual Projovem Adolescente), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, o Núcleo de Atendimento Sócio-Familiar - NASF e o próprio Serviço de Apoio Sócio Educativo – SASE. Esses programas são vias importantes de atendimento que englobam o resgate da criança e do adolescente no seio de sua família. Dessa forma, a Política de Assistência, desenhada no Sistema Único da Assistência Social - SUAS, propõe garantir o acesso aos direitos em conjunto com o fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Apesar disso, tem-se a urgência de efetivar:

[...] políticas específicas, articuladas e transversais, coordenadas por uma instância gestora do poder público, envolvendo a ação de diferentes setores da sociedade – governamentais e não governamentais -, e que tais políticas devem se basear na participação ativa dos jovens, considerados como protagonistas das ações que dizem respeito a si mesmos e à sociedade em que estão inseridos (ABRAMO e NOVAES, 2004:19).

A articulação dessas políticas, também carece de um empenho da sociedade, em superar velhos conceitos assistencialistas, de ideologia tradicional conservadora, que envolve o cerceamento das liberdades e limitam a participação democrática dos sujeitos nas instâncias políticas. Para tanto, cabe enfatizar a importância do papel do Estado nesse processo, como a instância garantidora da participação, da proteção social diante dos investimentos inferidos pelo mercado, no que tange a desmobilização social ou a imobilidade das pessoas, em termos de restrição de acesso a recursos, condições dignas de vida e cidadania. Para tanto, torna-se necessário concretizar uma visão em que “o direito à assistência social é dever do estado, e não, compensação do mercado” (SPOSATI, 2004:13).

Já existe um aparato legal e estatal em prol dos direitos humanos no Brasil, que precisa ser melhorado com o passar dos tempos e, pela ação de movimentos sociais. No entanto, como bem destaca Couto (2004), “é preciso ter claro que a simples existência de garantias legais não se traduz em garantias de direitos sociais” (COUTO, 2004:56). Assim como a conquista do direito ao voto, que percorreu por algumas constituições até chegar ao voto facultativo para maiores de 16 anos, até 18 em 1988, a proibição do trabalho de menores de 14 anos, do trabalho noturno para menores de 16 anos, do trabalho insalubre para menores de 18 anos, que é um direito garantido pela Constituição desde 1934, ainda é preciso batalhar para que outros direitos venham a ser efetivados através das Políticas Públicas.

Mas, como encaminhar processos de gestão para que novas conquistas sejam efetivadas? Quais os aspectos de uma gestão que dão suporte e viabilidade a garantia do acesso aos direitos da juventude? Quais os valores, princípios e as atitudes que devem ser considerados pelos cidadãos para a efetivação das políticas pública? Segundo Prates (2003):

O processo de gestão pressupõe todos esses processos, de mobilização, conscientização, enfrentamento, capacitação, mediação, organização, enfim participação. Quanto maiores os níveis de desenvolvimento desses processos mais complexos (porque quanto mais capacitados e conscientes os sujeitos envolvidos, mais críticos e exigentes) e mais qualificados, desde que orientados pelos valores, e esta questão é essencial, da democracia, autonomia, reconhecimento de direitos, ampliação das possibilidades de inserção e pertencimento de sujeitos e grupos sociais (PRATES, 2003:02).

Esse processo requer que haja reconhecimento dos sujeitos como artífices principais das políticas. Mas, como efetivar isso em uma sociedade que na maioria das vezes taxa o jovem como incapaz, medíocre, marginal entre outros? Como efetivar mobilização, democracia, organização, autonomia, inserção social e pertencimento a grupos nesse contexto?

Conforme já fora apontado nesse trabalho, o Estado é responsável por efetivar esse papel e para tanto, dispõe de legislação e aparelhagem capaz de movimentar a estrutura social para o enfrentamento legítimo das questões pertinentes a garantia dos direitos dos cidadãos. Quanto a isso, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei nº 8742, sancionada em 7 de dezembro de 1993,

prevê os instrumentos que devem nortear os princípios e procedimentos para a implementação, gestão e execução das Política de Assistência Social.

Historicamente, a Assistência Social tem sua trajetória marcada por uma disputa ideológica entre o assistencialismo e o direito universal de ter garantido a cobertura universal as necessidades sociais. A conquista em termos de legislação, de forma mais amadurecida, se dá a partir de 1988, através da Carta Magna brasileira, resultando da intensa mobilização social em torno da conquista dos direitos humanos, de forma igualitária. Desse modo, a Assistência Social passa a ser reconhecida como um dos pilares da seguridade social, cuja cobertura deve abranger a população inteira, tornando-se não contributiva e de caráter universal. Assim sendo, a Assistência Social, conforme o artigo 203 da CF, “será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social” (CF 1988).

A Lei Orgânica da Assistência Social dá, pois, a sustentação para a criação do SUAS – Sistema Único da Assistência Social, possibilitando a efetivação de uma nova forma de gestão política no país. Ela também estabelece a necessidade da criação e gestão da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada a partir de resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 e, no ano seguinte, a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS).

A PNAS é a política pública que:

[...] busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (PNAS, 2004:11).

Dessa forma, a Assistência Social passa a ter gerenciamento e fiscalização tendo como responsável o próprio Estado em conjunto com a sociedade civil organizada. Atualmente, a Assistência Social vem se consolidando como política pública em toda a sociedade, buscando atender as necessidades básicas da população.

É dessa forma que são implementados os programas e projetos sociais em todo o nosso país. E, como a população em situação de vulnerabilidade social engloba todas as faixas etárias, milhares de adolescentes e jovens passam a ser atendidos nos mais diversos projetos, sejam eles sócio-educativos, profissionalizantes, esportivos e culturais.

Assim, a NOB/SUAS indica que:



O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (BRASIL, MDS, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)).

A partir dessa definição, destaca-se ainda que, o SUAS vem reforçar o caráter de universalidade das políticas sociais e a necessidade das mesmas serem executadas pela iniciativa da sociedade civil e todos os demais setores da sociedade. Aliado a isso, destaca-se que o processo da gestão deve ser norteado pela estratégia da participação social. Conforme Prates (2006), “a gestão estratégico-participativa tem como base o homem sujeito, com igualdade de direitos para interferir em todas as etapas do processo em nível de decisão” (PRATES, 2006:39). Esse processo prevê a superação de uma gestão concentradora, minoritária em prol de uma gestão descentralizada, cujo poder não se concentra em apenas algumas esferas políticas, ideológicas ou interesses opressores, historicamente engendrados nas instituições, mas no cidadão consciente e participativo. Essa participação, organizada e ativa, se dá através das diversas instâncias governamentais e não governamentais, da sociedade civil.

Além disso, o princípio de universalidade garante que os cidadãos sejam atendidos em suas necessidades, desatrelado de contribuições financeiras. Por isso, tem o caráter não contributivo. Sua gestão e articulação se dão através da regionalização das ações, com a definição de níveis de complexidade do sistema, conforme destaca o site do Ministério de Desenvolvimento Social:

Proteção Social Básica (PSB): para a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Proteção Social Especial (PSE): destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. A PSE está distribuída em:

Média Complexidade, que são serviços que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. A proteção social de média complexidade é organizada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que são unidades públicas estatais. Proteção Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado do convívio familiar e/ou comunitário. (BRASIL, mds)

Existem avanços significativos em torno dessa nova forma de gestão da PNAS. Dentre eles destacam-se efetivação de programas e projetos que combatem o trabalho infantil, promovem a inclusão escolar, a distribuição da renda, o atendimento sócio-familiar, o combate a exploração e a violência sexual e a inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Mas, existem também muitos desafios a serem enfrentados como precariedades, a descontinuidade desses projetos, a falta de recursos financeiros, a falta de profissionais capacitados para a sua gestão e, principalmente, as gestões municipais pouco interessadas na defesa dos direitos dos cidadãos. Outros aspectos negativos a serem superados, são: falta de atendimento, falta de clareza na compreensão da política, lentidão no processo de implementação, carência de Recursos Humanos capacitados, precariedade dos acessos a bens e serviços, além de persistirem questões presentes ao longo da história, como a questão do assistencialismo e clientelismo, existentes no interior das instituições gestoras da PNAS.

Mas, como a conquista dos direitos sociais dos cidadãos é um movimento realizado na história e, acima de tudo é um processo em que se envolvem diversos atores sociais, a conquista do espaço por parte da juventude não poderia ser diferente. E é pela insistência dos grupos organizados, das redes juvenis de todo o país, dos estudantes organizados e participativos na política que foi criada em 2005 a Secretaria Nacional da Juventude, por meio da Medida Provisória 238. Esse órgão, ligado a Presidência da República, tem o objetivo de articular à política pública para os jovens, na esfera governamental e junto às comunidades.

Isso não é fruto de uma atividade governamental, e sim é o produto do esforço dos movimentos estudantis e das forças juvenis articuladas, conscientes de seu papel para si e para o bem da sociedade como um todo. Por isso que se

destaca nesse trabalho a importância da superação da alienação, da busca da informação, da participação e da organização, como forma de resistir à opressão, a falta de acesso à cultura, ao lazer, a educação, a saúde, entre outros.

## 2.20 PROCESSO SOCIAL DE CONCEITUAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

Considera-se de suma importância, a realização de abordagem acerca do tratamento que é proporcionado pela sociedade, de modo geral, a essa parcela da população brasileira chamada juventude. Muitos são os desafios enfrentados pela mesma e diversas as dificuldades impostas em seu cotidiano, tais como: exclusão social provocada pelas desigualdades econômicas e culturais de nosso país, falta de seriedade e respeito no tratamento do jovem em nível de conceito, associação de juventude com pobreza, crime, drogas e violência. A juventude, especialmente a que sobrevive em meio as precárias condições de vida e encontra-se nas periferias das grandes cidades, de modo geral é estigmatizada por sua condição. De modo geral, ainda, esses problemas se agravam em função da cor da pele, da questão de gênero, das doenças etc.

Nos dias de hoje, para começar a superar alguns desses problemas, é necessário gerar um conhecimento sério e comprometido com a causa da juventude, que respeite sua condição peculiar de desenvolvimento. Para isso, é preciso descartar qualquer abordagem assistencialista, de compadecimento com os problemas enfrentados. Também não se pode tomar um posicionamento autoritário, de disciplina militarista, perante o comportamento taxado de “vagabundo”, “criminoso”, ou que “não tem jeito”. Muitas vezes é amplamente divulgado pelas ideologias dominantes, através de jornais e tvs, um conceito muito arrogante, sobre a juventude: o paradigma da marginalidade. Para Camargo (2004), “o paradigma da marginalidade está baseado num modelo de sociedade equilibrada e integrada, que nega a existência do conflito, da coação e da exploração” (CAMARGO apud MARCELINO, 1995:32). Esse é um conceito muito presente, que permeia o senso comum coletivo e contribui para a cristalização de uma cultura de apartação social, de preconceito, desvalorização, desrespeito e criminalista perante o jovem.

A superação dessa forma de tratamento, direcionado aos adolescentes e jovens brasileiros, é um processo histórico que pode ser verificado através da mobilização social, que buscou a transformação conceitual e a firmação dos mesmos através da legislação. Dessa forma, têm-se avanços significativos na esfera do comprometimento do Estado com a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

A mudança ou evolução na legislação brasileira se dá inicialmente pela modificação paradigmática em torno do conceito da criança e do adolescente, que passam a ser considerados como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, pela nova legislação. Isso se dá, a partir da Declaração Universal dos Direitos das Crianças da ONU de 1959 ([www.dhnet.org](http://www.dhnet.org)) que atribui, com essa nova forma de pensar, um tratamento diferenciado e prioritário por tal condição. Surge assim, a doutrina da proteção integral. O “menor” deixa de ser objeto de direitos e transforma-se em sujeito de direitos, tendo acesso irrestrito e privilegiado à Justiça. A proteção deixa de ser obrigação exclusiva da família, e o Estado e a sociedade passam a ser igualmente responsáveis pela tutela dos direitos da criança e do adolescente. Mesmo com a Declaração de 1959, o Brasil só a efetivou com a promulgação da Constituição de 1988(CF 1988) e depois com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

Anteriormente a esse processo, o Código de Menores de 1979 ou o Código Penal de Menores, como era conhecido, destinava-se a repressão e a punição de crianças e adolescentes em situações patológicas. O Poder Judiciário era acionado para que os menores que estivessem nas ruas, vistos como delinqüentes e desocupados, fossem recolhidos e institucionalizados. A lei não obrigava o Estado a defender os direitos das crianças e dos adolescentes, mas apenas a família, à qual cabia a obrigação de tutela dos “menores”.

A Constituição Federal, no seu art. 227 impõe o dever à família, ao Estado e à sociedade de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF, art. 207). Já o ECA, em consonância com a Constituição Federal, em seu primeiro artigo destaca a proteção integral da criança e do adolescente. E, no art. 3º, corroborando com o conceito da Declaração Universal,

de que as crianças são pessoas em desenvolvimento peculiar, assegura-lhes todas as oportunidades e facilidades, "a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade" (ECA, art. 3º).

A garantia de prioridade consiste, pois, na primazia do atendimento que ofereça garantia de que os direitos de crianças e adolescentes sejam efetivados, mediante legislação própria – Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente -, inclusive tendo a seu dispor, o aparato de instrumentos estatais, como: varas especializadas da infância e juventude nos Estados e Distrito Federal, Ministério Público, Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais, Conselhos Tutelares, Conselhos Nacionais, além de Políticas públicas que devem ser efetivadas em toda a rede nacional.

Além desse processo, que fez com que o adolescente passasse de objeto a sujeito de direitos, e em situação peculiar de desenvolvimento, ainda é necessário realizar aproximações conceituais a cerca dessa fase da vida, para não incorrer em discriminações. A temática desse trabalho é a juventude, mas é necessário compreender conceitualmente a adolescência e seus fatores, já que são os adolescentes que formam a juventude com a qual se está trabalhando nesse processo.

E, foi levando em consideração a tudo isso que se procurou realizar uma superação em processo, respeitando suas peculiaridades e colocando-se os limites para o estabelecimento sadio das relações sociais. Para José Ottoni Outeiral,

A palavra 'adolescência' tem dupla origem etimológica e caracteriza muito bem as peculiaridades desta etapa de vida [...] Ela vem do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer), significando a condição ou processo de crescimento, em resumo, o indivíduo apto a crescer (OUTEIRAL, 1994:07).

Sabe-se que em geral, os adolescentes são influenciados em seu cotidiano por comportamentos sociais muito adversos, de agressividade, disputa, violência e certa "aversão" as regras de convivência nas relações humanas. Esse tipo de comportamento acaba sendo assumido no dia a dia, em grupos de identificação social, mas precisa ser superado através do respeito no contato com os semelhantes, valorizando as diferenças e aceitando a novidade, como motivo de crescimento social e afetivo.

É preciso respeitar os limites de cada um, em sua fase de vida muito peculiar, mostrando limites e apresentando possibilidades de realização. Assim como aponta Pereira, “ter autonomia não é só ser livre para agir como bem se entender, mas, acima de tudo, é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões” (PEREIRA, 2000:71). Dessa forma, acredita-se que junto com a compreensão dos limites, será possível vivenciar a responsabilidade e construir a autonomia, dentro do processo grupal.

Um estudo realizado pelo Projeto Juventude (2004) em três capitais (*São Paulo, Porto Alegre e Recife*), abordando questões como trabalho, cultura e lazer, e as expectativas do jovem frente às políticas públicas direcionadas aos jovens, além de dados importantes sobre os mesmos, aponta algumas reflexões e conceitos que devem ser considerados em relação ao tema trabalhado aqui. Para os autores do Projeto Juventude (2004),

No contexto atual, juventude é, idealmente, o tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem (ABRAMO, NOVAES, 2004:10).

A autonomia é, pois, uma característica buscada pelos jovens em seu tempo de formação. Além disso, é indispensável destacar o quanto a condição juvenil é influenciada pela sua condição social, cultural e econômica. Para Abramo e Novaes (2004),

Os processos constitutivos da condição juvenil se fazem de modo diferenciado segundo as desigualdades de classes, renda familiar, região do país, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, de etnia, gênero etc. Em função dessas diferenças, os recursos disponíveis resultam em chances muito distintas de desenvolvimento e inserção (ABRAMO, NOVAES, 2004:10).

Raramente esses aspectos são respeitados ou levados a sério. Os horizontes oferecidos pela mídia e as limitações concretas de renda e condições sociais, bem como a inexistência de políticas públicas satisfatórias de inserção juvenil, estão entre os fatores básicos a serem considerados quando se tenta explicar os crescentes riscos de envolvimento com o narcotráfico e outras modalidades de delinquência. Somente a crítica e a “taxação” do jovem de delinquente são vistos

pelos meios de comunicação; suas potencialidades e necessidades são escamoteadas.

Nas comunidades empobrecidas, nas periferias onde são freqüentes as atividades do tráfico de drogas, a violência em função da vulnerabilidade social, a juventude passa a ser a maior vítima, como presa fácil de traficantes, e do crime organizado. Juntam-se a isso, questões como a apropriação de simbolismos relacionados ao poder e onipotência, através do uso de armas de fogo, colocando-se acima da vida e da morte, que o estado paralelo do tráfico proporciona. Além disso, propaga-se amplamente nos meios de comunicação idéias que associam o jovem pobre com o crime e a violência, quando se diz que todo jovem pobre, morador dos espaços de exclusão é potencialmente vítima ou promotor da violência. Essa associação conduz a uma visão coletiva preconceituosa e estigmatizadora, que aparta a juventude pobre numa redoma criminal, naturalizando sua condição como pobre e violento.

Defende-se, pois, em oposição a esse contexto, um posicionamento comprometido com as causas juvenis, que valorize a sua condição peculiar de desenvolvimento, por toda a sociedade. Assim, será possível estabelecer um processo inovador de resgate, de cidadania, de respeito e dignidade no tratamento desse grupo social. Para tanto, é preciso tomar partido, em nível ético político, acionando os mecanismos estatais, os meios de comunicação social, a sociedade civil organizada, para juntos entrarem nesse processo.

A sociedade como um todo, de forma organizada, através de organismos estatais e não governamentais precisa levar a sério todos os fatores que envolvem a juventude, suas condições de vida, suas formas de expressão, a cultura, a renda, sem tratá-la como um ente ou uma classe única, em separado do restante das relações sociais. Em muitos casos,

O fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente, já constitui uma manipulação evidente (GUIMARÃES, 2005:153).

Muitas vezes a temática é abordada a partir de idéias preconcebidas ou de ideologias, com finalidade de manipulação, moralização, para levar a culpabilização juvenil pelos problemas sociais existentes como a violência, o crime, a desordem, assaltos, seqüestros entre, outros. Além disso, a promoção de políticas realmente

cidadãos devem priorizar aspectos como a organização social, a efetivação da inserção social, da participação, processos esses que não se dão pela natureza, mas pela mobilização e pelo empenho e interesse social.

Por isso, é necessário superar idéias de singularidade, irresponsabilidade juvenil, em troca de uma abordagem política e ética para a construção social dos limites etários, sob a égide das distintas regras sociais. Conforme Helena Wendel Abramo (2005) é necessário valorizar a pluralidade e as diferenças juvenis, inclusive deixando de se utilizar o termo juventude por, “juventudes”, no plural. Dessa forma, seria possível dar-se conta da existência das distintas formas de conceituação da juventude, dos diversos grupos sociais, das necessidades diversas, culturas, regiões em que vivem entre outros.

Para a mesma autora,

A juventude, como toda categoria socialmente constituída, que atende a fenômenos existentes, possui uma dimensão simbólica, mas tem que ser analisada a partir de outras dimensões: aspectos fáticos, materiais, históricos e políticos, nos quais toda a produção social se desenvolve (ABRAMO, 2005:42).

Assim sendo, a efetivação de processos inclusivos, em relação às políticas públicas para adolescentes e jovens, deve passar por uma conceituação que perpassa as principais dimensões da vida da pessoa, especialmente considerando a historicidade de sua construção, os simbolismos, a política e os fatos sociais que influenciam na formação da personalidade individual e social, em que a vida se reproduz.

### 2.3A REDE COMO POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DE ESPAÇOS DE INCLUSÃO SOCIAL: O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DA REDE.

O que tem a ver juventude e Políticas Públicas com redes sociais? Tudo! Se tratarmos o jovem em sua peculiaridade de desenvolvimento, com suas necessidades específicas de estabelecer relações, em nível social, no seu grupo, na comunidade, no seu grupo familiar, então, precisamos abordar também a sua constituição social dentro da rede social na qual está inserido. Inclusive, e



principalmente, o seu resgate enquanto cidadão ativo e participativo, dono de sua própria história, precisa ser considerado pelas políticas públicas e pela intervenção dos profissionais, procurando envolver o atendimento em rede.

Trabalhar-se-á, a seguir, algumas idéias centrais referentes à constituição das redes sociais, segundo Vicente Faleiros (2002) e Francisco Kern (2005). Para tanto, é necessário realizar uma breve constatação acerca da idéia que se tem de sociedade, que se dá na dinamicidade das relações e assim, apontar os possíveis canais de participação social e a forma de sua efetivação cidadã. Conforme Faleiros, “relações sociais são vínculos que os homens criam entre si nas condições dadas na história, vínculos multifacetados, diversificados, determinados pelo modo de produção e articulados entre si” (FALEIROS, 2002:120).

A produção na sociedade, isto é, o processo e a sua reprodução em nível global, pela geração de um excedente, que é expropriado de muitos e apropriado por poucos, implica a reprodução da força de trabalho e a socialização dos indivíduos como sujeitos desse processo (FALEIROS; 2002:128). Essa idéia de Faleiros é muito importante, considerada central porque a partir dela passamos a entender ou apreender os movimentos existentes nas relações estabelecidas em nossa sociedade, desde as esferas mais particulares, as mais amplas, em níveis local, regional, nacional e nas questões internacionais que envolvem economia, política, cultura, entre outros. Tudo isso, acaba afetando a cotidianidade dos nossos adolescentes e jovens, em suas famílias, nas instituições e na comunidade. Para ele, as condições históricas em que os primordiais vínculos humanos são criados, pois os mesmos são responsáveis pela qualidade em que eles ocorrem. É muito fácil de perceber o quanto o jogo de interesses políticos e econômicos acabam prevalecendo, gerando exclusão social e opressão daqueles que detêm menores condições, ou que, até mesmo não os têm, como desempregados, sem-tetos, meninos em situação de rua, idosos, doentes, sem-terra, entre tantos outros.

Nesse sentido, a reprodução das relações sociais de opressão, contraditoriamente “força” a sociedade a se organizar e buscar alternativas de superação das desigualdades e das injustiças impostas pela minoria que se apropria das riquezas produzidas. O autor apresenta como estratégia metodológica de superação, a correlação de forças e o trabalho em redes, através da articulação social: “a correlação de forças implica a articulação dos vínculos do trabalho e dos

vínculos das pessoas, das relações intersubjetivas, para uma dinâmica de formação de uma aliança dos atores sociais em jogo” (FALEIROS, 2002: 128).

Articular os vínculos humanos nas redes juvenis, para que os sujeitos, com seus interesses, possam buscar a efetivação de seus direitos, pela participação ativa junto a instituições sociais e o próprio Estado. Na verdade, esses vínculos precisam ser fortalecidos e mediatizados. Muitas vezes, a promoção da participação juvenil se torna um desafio em função de que a correlação de forças é quase inexistente e pouco articulada, além do preconceito em relação ao que as pessoas dessa faixa-etária pensam, sentem, desejam e expressam. E, nesse rol, o jovem brasileiro é objeto de campanhas publicitárias que visam aflorar seus desejos de poder e de consumo, sem gerar meios sadios economicamente para suas satisfações.

Para tanto, é necessário ter claro com que tipo de sociedade se está lidando e qual o conceito que se tem de suas redes. Então, tem-se:

As redes não são visíveis e estáticas, mas são conexões informais ou formais de vínculos de trabalho, parentesco, vizinhança, consumo, lazer, afeto, mais ou menos fortes no cotidiano. É a mediação dessas redes a questão em jogo, o complexo da intervenção (FALEIROS, 2002:128).

As relações, então, não ocorrem de forma naturalizada e estática, mas precisam ser desveladas no seu movimento histórico em todas as suas dimensões. É nas relações em rede que são vivenciadas as questões da intersubjetividades, são criados os laços de pertencimento entre os sujeitos. Vale destacar, que o sistema mercadológico impõe como uma ditadura, questões como o consumo, a fragmentação das relações, as diferenças de classe, a própria pobreza, naturalizando-as ideologicamente, incutindo nas subjetividades um processo de alienação, de estranhamento, diminuindo valores como o pertencimento e a solidariedade, que seriam capazes de mobilizar as pessoas.

O que se defende aqui é que, a partir de Faleiros, as relações sociais, onde se estabelecem relações de poder, de dominação, de luta, de superação, é o ponto de partida para que se estabeleça um processo de fortalecimento juvenil em seus grupos de iguais, valorizando suas diferenças culturais, religiosas. Destaca-se ainda, a importância do fortalecimento dos laços saudáveis no interior das relações entre amigos, colegas de aula, na comunidade e principalmente na família. Esse fortalecimento de vínculos deve ser articulado e possibilitado com o auxílio das

políticas sociais e públicas, a qual tem o papel de facilitar o acesso das pessoas a bens e serviços, para a melhoria das condições de vida. A própria Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) estabelece que:

O desenvolvimento depende também da capacidade de acesso, vale dizer, da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos; isto implica em um incremento das capacidades familiares e individuais (PNAS, 2004:14).

A PNAS, portanto, considera como central o papel da família no processo de socialização do ser humano, através da defesa do conceito de **matricialidade sócio-familiar** (COUTO, 2006:33). Essa política, serve de base para a implementação de programas e projetos que promovam o acesso à educação informatizada, acesso a informação, participação em encontros de discussão coletiva sobre temas diversos, acesso a internet com fiscalização de conteúdos.

Além disso, a existência de uma rede socioassistencial deve garantir o atendimento aos usuários, desde a proteção básica até os níveis de alta complexidade. Conforme Prates (2006),

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam serviços, benefícios, programas e projetos, de modo articulado para a provisão de proteção social básica e especial e por níveis de complexidade (PRATES, 2006:51).

Em relação à questão da família, faz-se necessário destacar a importância da mesma, enquanto referência no estabelecimento de vínculos sociais e afetivos na vida das pessoas. Não se pode, porém, cair no vazio de culpabilizar a família pelos “problemas” sociais ligados a juventude nos dias de hoje. Cabe a defesa da articulação das políticas públicas, para que a mesma venha a ser fortalecida e que os sujeitos tenham amparo, proteção e suporte estatal para o enfrentamento da questão social na esfera familiar, e nas relações desta com a sociedade.

É sabido que a família vem passando por modificações, em termos de arranjo e organização, enquanto grupo nos dias de hoje, no que tange ao enfrentamento das novas condições de vida impostas pela modernidade. Inúmeras são as dificuldades que podem ser destacadas, tais como carência de recursos financeiros, insegurança, “as mudanças nas relações homem/mulher” que passou de caráter de “eternidade” para assumir um estado de “temporalidade” (MIOTO, 1997), e as mudanças de papéis de autoridade. No tocante à família pobre, esses aspectos e

muitos outros, como conceitos de família nuclear, da vivência de valores etéreos passam a ser relativizados em função do peso da subordinação social a que estão submetidos. Para Sarti (2003), esse universo cultural passa a ter como referência a própria existência, pois:

Pensam seu lugar no mundo a partir de uma lógica de reciprocidade de um tipo tradicional em que o que conta decisivamente é a solidariedade dos laços de parentesco e de vizinhança com os quais viabilizam sua existência. Sua busca em serem modernos, ou seja, de usufruírem da possibilidade, dada por nossa época, de conceber e realizar projetos individuais, quando chega a ser formulada, torna-se uma busca frustrada, em que aparece o peso de sua subordinação social (SARTI, 2003:47).

Apesar disso, a família continua sendo o espaço preferencial de estabelecimento de vínculos e construção de valores, especialmente voltados para a resistência das imposições da sociedade contemporânea, geradora de frustrações individuais e coletivas. Por isso, destaca-se o quanto os laços familiares podem se tornar importantes para o fortalecimento da solidariedade e dos vínculos de amizade, estabelecidas além da consangüinidade. A pesquisa realizada em “Retratos da Juventude Brasileira” (2005) aponta que:

A família aparece como instância fundamental para a vida da grande maioria: como estrutura central para poder viver a vida enquanto jovem, como referência afetiva, como referência ética e comportamental e para o próprio processo de amadurecimento (ABRAMO, 2005:60).

A partir disso, é necessário reforçar a importância de que a questão da matricialidade sócio-familiar seja levada a sério na implantação das políticas públicas para a juventude. São nesse ambiente, em que podem ser resgatados os vínculos afetivos, a construção de referências de comportamento social saudável e a efetivação do amadurecimento das pessoas, para a projeção de relações cidadãs e valorativas no restante da rede social.

No entanto, esse é um processo que deve ser construído na cotidianidade dos sujeitos, respeitando valores e crenças e incorporando o conhecimento acumulado historicamente, que contribui para a resistência perante as intempéries surgidas pelos tempos. Além disso, considera-se importante a perspectiva de movimento e construção em que se dão as relações, ou as teias sociais, chamadas de “necessidades intrínseca, que cada ser humano vivencia e experimenta no

sentido de fazer parte, ou inserir-se em uma rede social que venha a fazer parte de suas necessidades” (KERN; 2005:51).

Não é possível, pois, compreender um ser humano sem entender coerentemente sua condição social e a necessidade de estabelecer contatos. Essas relações são construídas no cotidiano, de uma forma ou de outra. E, quando o Estado não se propõe a mediatizar esse processo, resgatando vínculos sadios dos sujeitos na escola, na família, na comunidade, corre-se o risco de dar esse espaço para a criminalidade, o tráfico, o abandono, a violência.

Em relação à questão de gênero e laços de confiança, tem-se que, quanto ao gênero, a figura materna representa para os jovens maior influência positiva em suas vidas. Dentro da família, “a figura fundamental é a da mãe, pois, para 59% dos jovens, a mãe é a pessoa que dão mais atenção no que diz (o pai é citado por 15%, e o esposo/esposa, por 6%” (ABRAMO, 2006:60). Dessa forma, pode-se dizer que, apesar de ainda convivermos em uma cultura de tradição de uma sociedade tipicamente paternalista, a mãe representa o papel fundamental como educadora e formadora de valores, como a confiança.

Os dados a seguir, também mostram o grau de confiança dos jovens na instituição família:

[...] 98% dizem que confiam, 83% confiam totalmente. Perguntados sobre qual fator é mais importante para seu amadurecimento, 72% citou a família, com frases focadas no apoio e orientação para o enfrentamento das questões com que se defrontam na vida (ABRAMO, 2005:61).

Outras instâncias, como escola, rua, trabalho e igreja, são citados em escala bem menor: “respectivamente, 13%, 7%, 5% e 3%”. Portanto, a rede primária é o lócus privilegiado de fomentação do amadurecimento e dos vínculos sociais, capazes de indicar caminhos de superação dos desafios da vida, através da orientação, do apoio, da busca do amadurecimento.

É preciso articular e fortalecer a rede em que o jovem está inserido, proporcionando-lhes proteção e espaço para o acesso a saúde, transporte, moradia digna, lazer, esporte, capacitação profissional e a sua plena realização. Caso contrário, a moralização e a culpabilização juvenil pelos problemas causados a sociedade somente conduzirão a estatísticas alarmantes de mortalidade, de gravidez na adolescência, de consumo de drogas, de pichações etc.

### **3 ESTRATÉGIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO A ADOLESCENTES E JOVENS E DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS**

Após desenvolver as reflexões constantes no capítulo 2, o desafio a seguir é efetivar aproximações teórico-metodológicas direcionadas aos Assistentes Sociais, enquanto profissionais que podem trabalhar com a juventude. Assim, apresentar-se-ão reflexões teórico-metodológicas e apontar-se-ão instrumentos adequados para essa prática.

Nesse sentido, considera-se importante a realização de um processo que valorize categorias primordiais para a emancipação juvenil, como a participação, a organização, a superação da alienação, a conscientização, a formação coletiva. Mas, essas categorias devem ser efetivadas em um processo educativo e crítico, em que o diálogo seja recíproco com adolescentes e jovens, para que conceitos alienantes possam ser superados. Para Souza (2004), o processo de participação e a ampliação de canais que a estimulem, dá-se “através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta” (SOUZA, 2004: 84).

Um dos maiores pensadores brasileiros, infelizmente pouco considerado por parcela de nossa sociedade, como educador social, Paulo Freire, propõe uma prática educativa que considere a autonomia dos indivíduos, de respeito mútuo, que negue o autoritarismo, que respeite a pessoa em nível de igualdade entre educando e educador. Essa formação requer uma “reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo”. Para tanto, torna-se “imprescindível alinhar saberes fundamentais à prática educativo-crítica ou progressista na formação docente” (FREIRE, 1996: 22).

A participação é um elemento muito defendido no conceito freiriano. Para o autor, a construção do entendimento e do conhecimento se dá na co-participação, não por mera transferência de saberes. Esse é o processo dialético do pensar certo, que abrange fazer e pensar sobre o fazer. Além disso, “o próprio discurso teórico necessário à reflexão crítica tem de ser, de tal modo concreto que quase se confunda com a prática” (FREIRE, 1996:39). Isso envolve o ser humano num sentido amplo – complexo -, que valorize as suas emoções, a sua afetividade e a

intuição, além de não separar os elementos da vida, de forma mecânica ou compartimentada.

O homem é construtor de instrumentos como a linguagem, a cultura, a comunicação inteligida, como formas estritamente humana, diferente dos animais, de produzir e reproduzir relações consigo e com o ambiente, visando a sua melhoria. O homem, enquanto ser criativo, capaz de planejar a si e a sua cultura, pode superar a ingenuidade mítica, da passividade, através da “problematização do futuro, negando a sua inexorabilidade” (FREIRE, 1996: 53). Não sujeitar-se a esse processo, seria negar uma qualidade de sua natureza e assumir uma postura de determinismo de herança social, genética, cultural e histórica.

A “consciência do mundo e a consciência de si, como ser inacabado, necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca” (FREIRE, 1996:43). Não existe educação que se realize de forma estática e acabada, formalista ou terminal. O movimento da vida é contínuo e jamais se conclui, mas precisa de que se esteja consciente desse processo.

Esse processo educativo, também viabiliza ao profissional a descoberta dos verdadeiros *interesses e preocupações da população*, que, conforme Maria Luiza de Souza é:

Um processo de conscientização para o profissional como educador/educando e para a população comunitária como educanda/educadora. Isso ocorre à medida que o profissional descobre as particularidades da consciência, nas particularidades próprias do meio social vivido pela população e, esta descobre as relações e correlações dos seus interesses com uma realidade mais ampla, que ela própria passa a descobrir com a ajuda do profissional (SOUZA, 2004:88).

É claro que, a dinamicidade desse conceito, conforme a autora percorre um caminho de superação ou ultrapassagem de categorias importantes como à consciência ingênua para a consciência crítica, da consciência individual para a coletiva, num processo pedagógico de mobilização e engajamento social, visando a satisfação desses interesses e preocupações descobertos, apontados por Maria Luiza de Souza.

Além disso, o profissional que não estiver imbuído desse preparo e dessa capacitação crítica, tornar-se-á num mero agente burocrático, a favor do servilismo. Souza destaca que “o profissional tecnocrata geralmente reforça a consciência ingênua, colocando para a população exigências que estão dentro do seu universo

tecnocrata, mas completamente fora dos limites de vivência da população” (SOUZA, 2004:88). Essa é uma prática de aparência, espontaneísta, sem profundidade, que apenas executa, inconsequentemente, mas que não avalia e não considera a realidade na sua extensão.

Nesse sentido, a comunicação é o principal instrumento da atividade profissional do Assistente Social (IAMAMOTO, 1998). Através dela é possível estabelecer um contato de interlocução que não seja fria, mas que desvende a realidade e tendo como finalidade uma resposta qualitativa na promoção da informação correta aos usuários, especialmente aos jovens que necessitam de informações claras e objetivas. Mas, esse procedimento só se dá se os canais de comunicação forem abertos, superando a burocracia, o autoritarismo e a desigualdade, buscando o reconhecimento das diferenças.

Será difícil promover uma escuta qualificada se o profissional se puser em nível de superioridade, detentor do saber, do certo, da verdade e do poder. Isso não implica colocar-se a disposição do senso comum, mas buscar superá-lo através da simplicidade, não da simplificação, da linguagem e da comunicação de modo a tornar acessíveis os signos ou códigos apreendidos na esfera acadêmica, que possa se tornar de difícil compreensão pelos adolescentes e jovens.

O comprometimento ético, também remete a uma postura de coerência ou afinidade ideológica, que, como já citada anteriormente, pode estar ou não oculta. Por isso, o fato de facilitar a linguagem e, com esta, qualificar a informação, ou assumir uma postura adversa, denuncia as injustiças, a exploração sexual, à precariedade de recursos.

A relação política que se tem enquanto categoria, no trabalho e no referencial teórico metodológico aponta para uma superação das ideologias que tentam se imporem sobre nossa sociedade. Conforme Engels, “a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou apaziguar a realidade ao mesmo que nos torna míopes” (ENGELS, 2001:125).

Como profissional, pode-se estar exercendo esse papel, de libertar e emancipar ou de alienar e cegar as pessoas em relação aos seus direitos. Além disso, “a ideologia, como um sistema de representações, é inseparável da experiência vivencial cotidiana dos indivíduos” (GUARESCHI, 2001:19).



A ideologia tem esse poder de estar onipresente nas ações mais simples da vida, nos comportamentos, no lazer, no esporte, no consumo, nos papéis sociais, na moda, na mídia. É por isso que, para legitimar essa miopia social, fazem-se através da distorção dos fatos, submetendo as pessoas à aceitação dos problemas como fatalidades e naturais, sem problematizá-los. Usam-se os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, que é um instrumento tecnológico ao alcance da maioria da população mais precarizada e, praticamente se tornou num “indivíduo” nas relações familiares e nos lares, com poder de interferir em horários, costumes, culturas e valores.

O cidadão, especialmente o jovem, torna-se alienado e “não sai” para a participação ativa, como protagonista dos fatos, a partir de seus interesses e preocupações. Ele se deixa levar, acomodado pela força da ideologia que o domina. “O discurso ideológico nos ameaça de anestesiar a mente, de confundir a curiosidade, de distorcer a percepção dos fatos, das coisas, dos acontecimentos” (FREIRE, 1996:132).

A participação que é permitida a população precarizada, é somente aquela que se refere às coisas negativas, como o aumento dos índices de violência, de criminalidade, de roubo, de seqüestros, de estupros, de consumo e comércio de drogas, de vandalismo, entre tantos outros. Esse enquadramento desmobiliza e segrega o jovem pobre, tratando-o como um “ente de outro mundo”, que é carente de ajuda, de caridade e de compaixão, como um criminoso, que carece de apenas de punição.

E essa segurança é construída a partir da disponibilidade de estabelecer vínculo aberto com a realidade. Assim é possível captar o movimento das pessoas, da sociedade, das instituições e as interferências ideológicas na vida cotidiana. A “consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca” (FREIRE, 199:40). É preciso estar nesse caminho, com essa dinâmica, com essa consciência, em movimento pensante, para superar e construir historicidade na sociedade.

Em relação aos desafios ético-políticos desse processo de trabalho, pertinente a profissão dos Assistentes Sociais, tem-se que esta, por se inserir nesse contexto socio-técnico de trabalho e capital, também lhe é exigido qualificação tal que responda as demandas que surgem em cada momento ou situação da realidade

social. A ação, que às vezes corre o risco de mesclar vínculos ora assistencialistas/paternalistas, por estar atrelado ao poder do Estado e do capital, necessita responder a seus propósitos e interesses, ora assume o papel político de defesa dos direitos dos cidadãos, através da luta pela implementação de políticas públicas emancipatórias.

Essa configuração se dá no cotidiano em que a história é construída, onde existe o desafio constante de superação da alienação funcionalista, através da busca de referenciais teóricos que realmente fundamentem uma prática livre e autônoma, fazendo uma leitura crítica da realidade.

Nos anos da ditadura, por exemplo, vê-se que a ação profissional encontrava-se alicerçada em teorias explicativas da realidade que reiteravam os interesses da classe dominante. Mas, com o passar do tempo e o crescente debate da profissão, o seu fortalecimento político em busca de certa hegemonia no interior da categoria, até meados dos anos 1990, foi responsável pela geração de sua identificação política e teórica com o ideal marxista, que fundamenta o trabalho profissional com mais pertinência em relação aos interesses das classes oprimidas (NETTO, 1998).

Tem-se hoje, uma inserção nas relações sociais de capital e trabalho, em suas contradições que, das quais, inclusive sobrevive. No entanto, o posicionamento político, pretende defender a liberdade do usuário, sua cidadania plena, a democracia e a sua autonomia, enquanto ser social.

No contexto moderno, o profissional tem que ser altamente qualificado, tem que ser também polivalente, para que possa intervir na realidade social, respondendo a demandas antigas e novas. Essa resposta, que foi sendo amadurecida pelo debate e pela busca da categoria, hoje se identifica claramente com a Questão Social, sendo definida pelos autores como o conjunto das expressões das desigualdades, oriundas das relações contraditórias entre capital e trabalho (Iamamoto, 1998), como já citado anteriormente.

Por isso, o chamamento que aqui se faz em relação ao processo de trabalho junto a adolescentes e jovens, serve para direcionar uma prática reflexiva, de superação de conceitos alienadores ao redor dessa temática aqui abordada, fazendo um desvendamento coerente das condições da realidade, podendo assim propor alternativas coerentes de superação das desigualdades. Assim sendo, é possível que a prática profissional comprometida corrobore para uma verdadeira

transformação social, de superação de elementos culturais opressores, em prol do reconhecimento da juventude, com seus direitos enquanto cidadãos.

Uma assertiva de Freud do século passado faz pensar e refletir sobre esses frutos que ainda são colhidos pela nossa sociedade, em função da precariedade das condições de vida, que são oferecidas a população excluída e oprimida. Segundo ele,

Se uma cultura não foi além do ponto em que a satisfação de uma parte de seus participantes depende da opressão da outra parte esta talvez maior, é compreensível que as pessoas assim oprimidas desenvolvam uma intensa hostilidade para com uma cultura cuja existência elas tornam possível pelo seu trabalho, mas de cuja riqueza não possui mais do que uma cota mínima (FREUD, 1927:23).

É essa cultura de dominação, de opressão e de exploração que, sem dúvida acaba por gerar a hostilidade em todos os grupos sociais.

Não cabe defender a existência da violência como forma de conquistar poder, direito e espaços sociais, mas sim de reconhecer que, quando as pessoas encontram-se em situação de desconforto, é natural que reajam, que “hostilizem”. Por isso, a melhor forma de viabilizar a expressão cultural dos nossos jovens, deveria ser através a participação social, a promoção da igualdade social, a distribuição da riqueza, a valorização da democracia, com absoluta prioridade nos processos de trabalho e das políticas sociais.

### 3.1 APROXIMAÇÕES COM O CAMPO DE ESTÁGIO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

O Estágio Curricular, em suas três etapas, fora realizado junto ao Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, no CRAS Restinga e Extremo Sul, pertencente a FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre/RS. Esta é uma instituição pública de 1º setor, destinada à prestação de serviços a comunidade sem fins lucrativos, é pública. Conforme o Artigo 3º da Lei Orgânica da Assistência Social,

Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e

assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia dos seus direitos (LOAS/1993).

O Centro Regional Restinga Extremo Sul denominado Cecores (Fundação de Educação Social e Comunitária), foi criado em 1972. O Centro Regional de Assistência Social Restinga Extremo sul possui dois módulos de Assistência Social: da 5ª Unidade e o Extremo Sul. O CRAS atende a população que reside basicamente na Restinga Nova e na Restinga Velha.

As entidades conveniadas ao Cecores são: Centro Cultural Francisco Cipriano, Centro Infantil Renascer da Esperança, Centro Infanto-Juvenil Monteiro Lobato, Centro de Promoção da Infância e Juventude (CPIJ), Igreja Batista Nova Vida, Associação Comunitária Barro Vermelho, Paróquia Nossa Senhora de Belém, Clube de Mães Estrela de Belém, Associação Beneficente Amurt Amurtel - Ananda Marga. No Centro Regional são executadas as políticas sociais destinados às crianças (Serviço de Atendimento Sócio-Educativo - SASE), adolescentes (Trabalho Educativo e Agente Jovem e Programa de Execução de Medidas em Meio Aberto - PEMSE), idoso (Programa de Atendimento ao Idoso - Pai), Família (Programa de Atendimento Integral a Família – Paif, Núcleo de Atendimento Sócio-Familiar - NASF e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI) e o Serviço de Atendimento Jurídico (Saj) ([www.portoalegre.rs.gov.br/fasc](http://www.portoalegre.rs.gov.br/fasc)). Esses programas e projetos tentam abranger uma das regiões com maiores dificuldades de acesso a direitos sociais de Porto Alegre, ao que, conforme dados estatísticos, em 2000 a Restinga contava com 53.764 habitantes, representando 3,95% da população do município ([www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br)).

É esse conjunto de programas e projetos institucionais, prestados à comunidade, que dão visibilidade aos desafios do Serviço Social na instituição e se constituem o trabalho realizado no cotidiano profissional dos assistentes sociais. Nesse sentido, cabe a atenção e o comprometimento profissional com as Políticas de Assistência Social e a sua efetivação de modo consciente, crítico e criativo, para que as mesmas não sejam executadas de modo meramente finalístico e mecânico.

Para incorrer em uma análise crítica da realidade social e, elencar a questão central a qual está posta nos processos de trabalho onde os Assistentes Sociais se inserem na instituição, é indispensável apontar as transformações ocorridas no solo sócio-histórico brasileiro nos últimos tempos, cujas influências afetaram diretamente

o modo de vida das pessoas, seja nas famílias, nos sistemas de legislação trabalhistas, nas empresas. A globalização e internacionalização da economia trouxeram profundas transformações na cultura, nos Estados Nacionais, flexibilizando as leis trabalhistas, criando um sistema de desproteção do trabalhador e fragilizando as relações sociais de busca de garantia de direitos e suas conquistas, conforme apontado mais detalhadamente no 2º capítulo desse trabalho.

Hoje, a vida no dia a dia tornou-se mais difícil, precarizada, com menos acesso, em função da defesa dos interesses do capital. Frente a isso, posiciona-se criticamente o referencial teórico metodológico, cujo objeto de trabalho do Assistente Social é a Questão Social. Esse referencial norteia o comportamento moral e ético, posto como um compromisso em relação à garantia dos direitos sociais, tendo a liberdade como valor central, a busca da justiça e da igualdade.

O profissional do Serviço Social tem o desafio de realizar o desvendamento dessa realidade, em que, por sua ação intencional, intervém:

Num processo de construção dos objetos específicos (...), uma vez que no terreno social os objetos não são um a priori, mas construímos com ferramentas teórica – metodológica e ética - política que imprimem a direção e a efetividade da prática profissional (SERRA, 2000:165).

O Assistente Social trabalha no cotidiano institucional, de forma crítica e investigativa, atendendo aos interesses imediatos ou a necessidades que demandam a elaboração de estratégias a longo prazo para a efetivação de direitos e, a transformação da realidade de exclusão e opressão a que os usuários estão submetidos. É bem verdade que o Serviço Social, a luz dos interesses do Capital é considerado um “trabalho improdutivo” (ANTUNES, 2000:57) por gerar apenas “valor de uso e não valor de troca”, ou seja, “não produz a mais valia para o capitalismo” (SANT’ANA, 1998:77). O Serviço Social, como outros serviços da era moderna, volta-se especialmente para a massa sobrando que está à margem do consumo, sem acesso aos recursos ou riqueza produzidos, tendo em vista que essas populações podem ser assim denominadas:

[...] não participam do processo de circulação de mercadorias, eles simplesmente sobram, e como sobra, não requerem investimentos para a sua reprodução como fatores de produção. Para a sociedade salarial, constituem – se apenas em um peso (ANTUNES, 2000:57).

Sua ação vincula-se as demandas institucionais no contexto do Estado e do capital, sendo constantemente desafiado a superar questões relacionadas ao paternalismo e assistencialismo, ainda presente no interior de muitas instituições, exigindo-lhe um olhar atento e crítico em seu cotidiano. Desse modo, cabe-lhes um papel profissional de quem assume o papel político de defesa dos direitos dos cidadãos, através da luta pela implementação de políticas públicas emancipatórias. Essa configuração se dá em diversos momentos históricos, até que se produza uma maturidade enquanto categoria, de superação da alienação funcionalista, através da busca de referenciais teóricos que realmente fundamentem uma prática livre e autônoma.

A dinâmica das relações estabelecidas pela instituição, pelos sujeitos que a constroem no cotidiano, através da cultura, da linguagem, da forma da realização do atendimento aos usuários, na busca de suprimentos básicos para necessidades imediatas das pessoas da comunidade, ocorre sob o ponto de vista da superação de diversos desafios. Ela mesma está inserida no contexto social mundial e sofre influências diretas do mesmo, tanto em nível econômico como, cultural, político e social. Não é necessário nenhum esforço para perceber o quanto à instituição pública em questão encontra-se em dificuldades, com poucos e quase inexistentes recursos, uma infra-estrutura sucateada, a ponto de exigir socorro para sua própria sobrevivência. Diante disso, como oferecer um atendimento adequado para suprir as demandas dos usuários?

Se a mesma reproduz elementos estigmatizadores e excludentes, a visão de sua participação na totalidade das relações sociais a coloca não como uma culpada imediata, mas como participe de um contexto que a extrapola e que está além de suas possibilidades e limites. Nessa dinâmica, encontram-se inseridos todos os sujeitos, que vão edificando a história, superando contradições e vivenciando expectativas, as vezes meramente apaziguadoras.

Esse é um processo que não se dá de modo estático, mas em constante modificação, pela interação dos sujeitos, pela adequação das normas institucionais às necessidades e, na maioria das vezes, pela adequação dos sujeitos as exigências legais da instituição enquanto estrutura. Dá-se aí, um permanente conflito entre:

O dito e o não dito, entre o instituído e o instituinte, sendo o primeiro como algo que está posto, dito como natural, enquanto que o segundo, como aquilo que está em criação, a novidade, o que conflita com o que já está cristalizado e precisa ser superado. Esse processo se dá principalmente pela busca realizada pelos usuários, por serviços que as instituições prestam a comunidade, quando novos desafios se tornam demandas, especialmente para o Serviço Social (MARTINELLI, 2000:26-29).

Considera-se também que, nesse processo de superação do que está posto, a assistência social não se rege mais por motivações de caridade, benemerência e doação, tendo agora um novo paradigma, a Proteção Social e a defesa do caráter público e a garantia de direitos aos usuários.

De acordo com a PNAS/2004, a proteção social tem a direção do desenvolvimento humano, integral e social e dos direitos de cidadania. “Significa prevenir, reduzir e proteger pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, exclusão e risco social” (PNAS/2004). Toda a mobilização da sociedade civil, do Estado e entidades de Assistência Social, deve ocorrer para que haja transformação das situações injustas e de desigualdade social. A NOB (Normas Operacionais Básicas) – SUAS (Sistema Único da Assistência Social), tem por garantias

A segurança de acolhida; a segurança social de renda; a segurança do convívio familiar, comunitária e social; a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social e a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais (PNAS, 2004:08).

No entanto, há que se refletir com seriedade sobre os atuais processos de gestão praticados no interior das instituições, avaliando se realmente os interesses dos usuários está sendo atendido. Será que a gestão dessa política ao menos prioriza a garantia do convívio familiar, a segurança social, o desenvolvimento da autonomia e a sobrevivência das famílias? Será que ao menos é garantido o acesso aos mínimos sociais para famílias, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social?

Nesse sentido, a reflexão sobre o Serviço Social anteriormente realizada tem profundo significado quando ligada ao cotidiano institucional, quando a mesma trabalha com a garantia do acesso aos direitos e a efetivação da Política de Proteção Social. Cabe ao Assistente Social, capacitação teórica e crítica, para responder aos desafios institucionais, aos apelos da comunidade, dominando o conhecimento da Assistência Social como um todo, para realizar um trabalho

comprometido e transformador. Além disso, terá que ter a capacidade de negociar e reconhecer a história da instituição, não de forma isolada, mas conjugada com a realidade atual. Para Baptista, a atuação do assistente social no espaço institucional, e no cotidiano dos sujeitos revela-se no:

Espaço privilegiado da intervenção profissional, o mundo vida, o todo dia do trabalho que se revela como ambiente no qual emergem exigências imediatas e são desenvolvidos esforços para satisfazê-las, lançando mão de diferentes instrumentos (BAPTISTA, 2001:39).

O cotidiano profissional, apesar de muitas vezes exigir respostas imediatas, trabalha com o desafio de não cair na contradição de um cotidiano objetivado por si mesmo, ainda que por vezes seja necessário agir sob tal forma (de respostas imediatas). Nessa perspectiva, remete-se essa reflexão ao pensamento de Yamamoto, que apresenta o Serviço Social a ser pensado como “fruto dos sujeitos que o constroem e vivenciam. Sujeitos que acumulam saberes, efetuam sistematizações de sua ‘prática’ e contribuem na criação de uma cultura profissional, historicamente circunscrita” (YAMAMOTO, 2002:43). Ou seja, a autora desafia a pensar a profissão e seu cotidiano como um modo de evolução sistemática da sociedade e seus impasses frente à questão social, que se estabelece como objeto da ação profissional.

O Assistente Social no cotidiano supõe um complexo sistema de intervenção, como resposta as demandas que são originadas dos sujeitos e das instituições. Estas últimas, ainda que tenham o poder solicitam ao profissional de Serviço Social, que construam na sua ação profissional, estratégias que contemplem os objetivos institucionais e que não se oponham as suas regras, criando embates profissionais e muitas vezes pessoais ao profissional e a profissão como um todo. O cotidiano está sempre sendo construído e modificado, conforme alterações de demandas, vínculos, relações e saberes, bem como, ao longo da trajetória profissional ainda se modifica, através dos tempos e da superação dele próprio – o cotidiano.

É imprescindível apontar a importância das ações voltadas ao atendimento às demandas oriundas de nossos adolescentes e jovens, em áreas de difícil acesso. Os adolescentes das camadas menos favorecidas socialmente, este caso, os participantes do programa agente jovem, que têm sido vistos como parte dos “grupos vulneráveis” em potencial, por diversas razões e condições, caracterizando uma situação de fragilidade e merecendo especial atenção das políticas públicas no



sentido de garantir apoio e promoção. É justamente nessa fase que os adolescentes precisam ter apoio da sociedade civil e do Estado, para que possam se desenvolver melhor, mostrando possibilidades de um mundo maior e melhor que oferece oportunidades para que possam desenvolver suas potencialidades.

É na administração desse cotidiano que o trabalho do Assistente Social se efetiva, cuja ação transformadora tem como objeto as expressões da Questão Social, conforme já apresentado, a sua matéria prima. Sua atividade prescinde da utilização de instrumentais ou meios, tais como: entrevistas, visitas domiciliares, a própria comunicação ou a linguagem, prontuários, reuniões em grupo. Tais meios constituem-se em estratégias e técnicas, que viabilizam os processos de trabalho nos quais se inserem o profissional, num contexto sócio-institucional. Todos esses processo tem como finalidade um produto, aonde se quer chegar, que no caso é a transformação social e o fortalecimento dos sujeitos. Além disso, a atuação se dá na elaboração de projetos, diagnósticos e pesquisas na área de Serviço Social, Planejamento Social, Projetos Sociais, orientações individuais, assessorias entre outras.

Assim, na construção das relações sociais no cotidiano institucional, na mediação das mesmas, na intervenção planejada, não alienada, percebe-se um grande desafio ao profissional, de assumir posturas ético-política de defesa do acesso aos direitos dos usuários.

A construção do conhecimento dessa realidade, e o desvendamento do objeto de intervenção passam pela interpretação e o entendimento do modo como os sujeitos se relacionam com a instituição. Essa dinâmica, ocorrida através da aproximação com a instituição, no Programa Agente Jovem e o grupo de adolescentes participantes desse programa, se deu através dos contatos estabelecidos, através dos quais se percebeu inúmeras dificuldades dos sujeitos e da própria estrutura institucional.

Nota-se que a instituição pública nos dias atuais, trabalha com uma população extremamente vulnerabilizada, afetada pela pobreza, pela falta de acesso ao trabalho, a saúde, ao transporte coletivo, a escola, a violência doméstica, a drogadição entre outros. Nota-se ainda que os próprios adolescentes e jovens, trazem em suas vidas os estigmas dessa realidade, demandando a instituição e aos profissionais, uma tomada de postura muito além do meramente proposto em termos legais.

Por isso, enquanto estratégia de intervenção precisava-se propor que essa realidade fosse superada através da sistematização do planejamento que deveria ser realizado em equipe, e que a dinâmica de um projeto de intervenção junto aos adolescentes procurasse fortalecê-los no seu cotidiano. Mas, aos poucos, o conhecimento grupal, apresenta as dificuldades que se impunham ao processo de trabalho tais como: dificuldade de motivação dos adolescentes para participar ativamente de ações coletivas, dificuldades de aceitar desafios, dificuldades de organização grupal, pouca efetividade, agressividade entre outras.

Essa reflexão concebe sentido ao abordar a relação do Serviço Social com o contexto em que situa a instituição nos dias de hoje. A qualidade dos serviços prestados, a forma às vezes autoritária, os planejamentos e as execuções das próprias políticas perante os anseios dos usuários, sofrem influências do contexto global, a partir de interesses econômicos, políticos e ideológicos. Hoje, a qualquer profissional é exigida flexibilidade, criatividade, capacidade de ser multifuncional, o que submete os Assistentes Sociais também a esse ritmo de trabalho.

### 3.20 GRUPO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO COLETIVA

Eis que aí surge um dos aspectos que se impõem como desafio a reflexão e a prática dentro do trabalho: o desafio de contribuir para a formação de uma consciência coletiva dentro do grupo. Nota-se que, mesmo dentro das peculiaridades do ser adolescente, a questão da dispersão está sempre presente. Por isso, é importante estar atento para que o grupo se fortifique como tal, avaliando constantemente a sua caminhada e superando os elementos que geram dispersão.

Segundo Georges La Passade,

Um grupo é constituído por um conjunto de pessoas em relações umas com as outras e que se uniram por diversas razões: a vida familiar, uma atividade cultural ou profissional, política ou esportiva, a amizade ou a religião (LA PASSADE, 1989:65).

A formação grupal e coletiva é um excelente instrumento de intervenção capaz de mobilizar os sujeitos na busca da emancipação, através da organização, da busca da cidadania ativa e da própria conscientização.

O grupo é um espaço em que os conflitos vão surgindo nas relações estabelecidas cotidianamente. Isso porque é nesse espaço que vão sendo experimentados os limites de cada um, as diferenças são evidenciadas, os interesses são postos a prova e os desafios são enfrentados.

Dentre os desafios, cabe a proposição do convívio com as regras, a promoção da informação, a busca da superação da alienação, o estabelecimento do diálogo, o planejamento de atividades, a organização, o respeito a horários, a busca da capacitação, o aproveitamento de eventos diversos relacionados ao esporte, a política, a cultura entre outros. E, o profissional envolvido nesse processo, carece de uma consciência muito clara sobre seu papel, como desafiador do crescimento grupal, como aquele que promove e contribui para a efetivação do acesso aos direitos individuais e coletivos.

Existem muitos riscos a serem superados no interior do grupo. Um deles, conforme Lapassade (1989),

O risco de uma volta a dispersão é superado quando os membros de um grupo ligam-se por meio de um juramento. Passar-se-á em seguida, do juramento, do que foi jurado, à organização, à instituição (LAPASSADE, 1989:228).

Assim, é necessário criar momentos de debate, de reunião para superar conflitos, trazer a tona o que incomoda os sujeitos, desafiando a cada um para assumir sua responsabilidade coletiva. Em relação ao juramento, trata-se de unir-se com os objetivos e propósitos da caminhada, de saber participar ativamente e organizadamente em seu cotidiano.

É dessa forma que é possível desenvolver um trabalho grupal, direcionado a uma consciência coletiva. Sartre considera que nem sempre existe grupo quando as pessoas estão reunidas, mas apenas o que ele denomina de série ou serialidade. Afirma ainda que 'a reunião inerte', com sua estrutura de serialidade, é o tipo fundamental de sociedade"(ANDALÓ, 2006:40). Portanto, impõe-se o desafio de constante superação da tendência a serialidade e a dispersão, passando pelo processo de constituição coletiva, de grupo organizado em torno de ideais e propósitos, através da promoção do diálogo e da efetivação de ações que concretizem esse processo.

É necessário estar atento ao movimento cotidiano dos sujeitos e dos profissionais envolvidos, tendo capacidade para acolher as críticas de modo

profissional, para amadurecer a formação, sem necessariamente subjugar-se ou sentir-se ameaçado no processo de trabalho. Acredita-se estar efetivando uma prática que conduza a uma transformação social, a passar pela educação de cada sujeito em termos de aprendizagem e cidadania. Para Adams (2001), “o exercício da cidadania ativa, organizada leva à transformação dos indivíduos e das estruturas sociais” (ADAMS, 2001:52).

### 3.3 CONHECIMENTO DA REALIDADE INDIVIDUAL E GRUPAL

Em relação à realidade de cada adolescente, percebe-se, através do contato diário, pela utilização de instrumental técnico-operativo, a existência de aspectos que demonstram peculiaridades de suas famílias, como a prisão de familiares, presença do tráfico de drogas na comunidade (inclusive com ocorrência do toque de recolher por parte de traficantes que disputam áreas de controle e venda de entorpecentes) e a luta pela realização de sonhos em relação ao futuro próximo (Estudos Sociais, Relatório Descritivo Processual: 24/09/07).

Muitos adolescentes demonstram interesse fortemente voltado em realizar um curso universitário, após a realização do Ensino Médio (Diário de Campo: 18/10/07) e casos com interesse voltado para a busca de capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho, para viabilizar melhoria de vida para si e para a família (Relatório Descritivo Processual: 03/06/08). Percebe-se em alguns a tranquilidade na hora de expor elementos de sua vida, manifestando-se felizes pela oportunidade de estarem envolvidos com o Grupo Agente Jovem, no CECORES. Além disso, gostam muito de estar fazendo alguma coisa importante, como estudar.

Na verdade, apesar de parecer simples a realização desses diálogos, com a referida abertura, percebe-se que isso é um desafio que se põe ao exercício profissional. Conforme o referencial teórico apreendido na formação acadêmica, destacam-se elementos como a articulação institucional, a defesa de direitos dos usuários e o respeito aos mesmos. Nota-se que existem fragilidades na articulação dos espaços institucionais, no fazer profissional, de modo que acesso aos direitos sejam efetivados, a partir da elaboração de estratégias e prioridades, de forma

crítica. No caso do Assistente Social, tem-se o privilégio de estar vinculado diretamente com as pessoas no sentido de poder perceber a riqueza das informações do contexto em que vive, na sua intimidade. Essa forma de contato profissional só vem a qualificar a prestação de serviços, de forma sistemática e permanente.

Ao inferir-se sobre as categorias do método dialético crítico, para realizar uma reflexão acerca desse trabalho, percebe-se a importância da totalidade nesse processo. Segundo Kosik, a totalidade significa “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual, ou a partir do qual um fato qualquer, pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1989 apud PRATES, 2003.). Para esse autor,

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 1989, apud PRATES, 2003).

Essa reflexão traz a possibilidade de entender o quanto, através do diálogo planejado e o contato cotidiano na prática profissional, é possível construir um conhecimento acerca da realidade, com respeito aos sujeitos e a seus interesses, englobando e tendo visão geral, abrangente, sobre aspectos econômicos, afetivos entre outros. Por isso, dialeticamente, é possível construir também possibilidades de intervenção, e, também elaborar com o usuário o próprio objeto de intervenção do Assistente Social. Assim, geram-se mais aproximações, maior conhecimento, e maior comprometimento com os sujeitos, com os grupos familiares, e gera-se emancipação das pessoas.

Ana Maria Vasconcelos, apresenta a importância da realização dessa aproximação com o usuário, gerando clareza e segurança para colocarem suas demandas, anseios e dúvidas. Para ela, “o papel profissional neste processo não se resume ao de ouvinte, mas o de um membro atuante com responsabilidades e funções a desempenhar, muito além de um ouvinte”(Vasconcelos, 1997:157). Mas, no desenrolar da prática interventiva, percebe-se também que ainda é preciso explorar mais tecnicamente os instrumentos operativos, para enquanto profissional, adquirir mais domínio e segurança, deixando o usuário também, mais seguro do que quer para si e desvendar os caminhos de seu próprio futuro (Diário de Campo: 14/05/08).

### 3.4A PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO JUVENIL A PARTIR DO DESVENDAMENTO DO OBJETO DE INTERVENÇÃO EM CAMPO DE ESTÁGIO PARA A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL DE ADOLESCENTES E JOVENS

O projeto de intervenção realizado no campo de estágio, teve como finalidade a construção de um processo coletivo de organização, de participação, de emancipação, de conscientização, de fortalecimento da autonomia junto aos adolescentes do Grupo Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano do CRAS Restinga e Extremo Sul. O grupo compunha-se de aproximadamente 25 adolescentes, com idade entre 15 e 18 anos, sendo que o trabalho realizado teve sua duração de um ano e meio. Para realizar a apreensão do **objeto de intervenção** enquanto demanda do próprio processo de trabalho e efetivação de um projeto de intervenção, sobressaiu um aspecto favorável para o desenvolvimento deste trabalho, o vínculo que já existe entre a instituição e os jovens da comunidade. Trata-se de intervir na **qualificação da participação juvenil referente ao acesso às políticas sociais**, tendo como estratégia de resistência as desigualdades sociais **pela promoção do protagonismo juvenil**, já que, muitas vezes essas políticas existem nos espaços públicos com a reprodução de clientelismos políticos, com cerceamento das liberdades juvenis, que ao invés de promoverem acabam tolhendo a participação criativa, dinâmica e democrática. O seu desenvolvimento passa necessariamente pela construção do conhecimento em torno dessa realidade, orientado pelo método teórico materialista histórico, desvendando suas principais necessidades e vulnerabilidades. Esse projeto de intervenção propunha-se a enfatizar aspectos valorativos já existentes na cultura desses jovens, presentes como resistência às dificuldades de seu cotidiano. Assim, faz-se necessário apresentar alguns dados que justifique a necessidade e a sua efetividade, de acordo com os interesses dos adolescentes que participam do Agente Jovem, sua realidade, baseando-se em princípios emancipatórios, de cidadania, democracia, liberdade e dignidade prevista no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e, da Lei de Regulamentação da Profissão, de 1993 (Lei 8.662, 7/06/93).

Dessa forma, o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano e Social, que é desenvolvido pelo Governo Federal e efetivado nas esferas municipais, tem o intuito de proporcionar espaços sócio-educativos para jovens:

Entre 15 e 17 anos, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e possibilitando a compreensão sobre o mundo contemporâneo com especial ênfase sobre os aspectos da educação e do trabalho (BRASIL, [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)).

O perfil do Grupo Agente Jovem consta de sua formação pela participação de no máximo 25 adolescentes, de ambos os sexos, com idade entre 15 e 18 anos, conforme a previsão do Programa. Os encontros para a realização de ações, reflexões, palestras, passeios culturais foram realizados as terças, quartas e quintas feiras, na parte da manhã. A inserção no grupo advinha de encaminhamentos do Serviço Social do CRAS Restinga e Extremo Sul, dos Programas PAIF, NASF de suas próprias famílias interessadas em prover uma ocupação saudável para que os adolescentes não ficassem ociosos. Cada adolescente também deveria freqüentar a escola, um fator indispensável e acompanhado pelos profissionais do Centro Regional, para sua efetiva participação junto ao Agente Jovem.

Desse modo, a partir dos encaminhamentos, tinha-se o grupo, e junto a isso, o desafio de construir uma caminhada educativa, rumo à conscientização, a participação e a superação de aspectos alienantes da realidade. E, apesar da precariedade da infra-estrutura institucional e da carência de recursos materiais, essa caminhada tornou-se possível, com a superação de conflitos grupais. Alia-se a isso o apoio e empenho de profissionais envolvidos no processo como Assistente Social, Instrutora do grupo, Pedagoga Referência do Programa Agente Jovem no Extremo Sul e Orientador (estagiário), previstos no Projeto Técnico do Programa.

Destaca-se também em relação à formação do grupo, o constante movimento de ingresso e saída de adolescentes, em função dos limites da idade, possibilitando também a realização de trocas e um permanente desafio de acolhimento aos novos integrantes, o que caracteriza o grupo como aberto. Mas, a mobilidade também é motivo de surgimento de conflitos e instabilidade nas relações dentro do grupo, entre seus membros e em relação à efetividade do processo de socialização coletiva.

O programa Agente Jovem visa “garantir ocupação para os jovens em situação de vulnerabilidade social”. É um programa do governo federal que surgiu no ano 2000, que foi decorrente do Plano Nacional de Segurança, para adolescentes entre 15 e 17 anos de idade, num esforço de realizar a superação da vulnerabilidade

social em que se encontram e, o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários, através da participação. Conforme Rocha,

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade de vida dos sujeitos (Rocha, 2007:17).

Acredita-se que, dessa forma, a diminuição dos níveis de vulnerabilidade social pode ser realizada a partir do fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços. É através dessa perspectiva que o programa agente jovem foi desenvolvido para que o adolescente possa viver e se desenvolver de forma mais digna, humana através da concretização dos seus direitos. Enquanto posicionamento, em relação às intenções do programa e as formas de sua efetivação, acreditam-se que o mesmo traz possibilidades, mesmo sendo pouco em relação às demandas necessidades da população, de se concretizar uma pequena parte dos direitos que devem ser acessados pelos adolescentes. Destaca-se, pois, a importância da sua implementação como forma de criação de um processo social de superação das desigualdades e das injustiças.

Conforme o Projeto Técnico do Programa Agente Jovem (2007), a duração do programa é de um ano, com realização de ações diversas visando “promover a socialização e a organização, despertando a capacidade de interagir na vida afetiva, comunitária e no mundo do trabalho”(PROJETO TECNICO, 2007:8). Essas ações são: esporte, lazer, acesso a internet, palestras com informações sobre diversos temas de interesses dos adolescentes, apropriação acerca do mundo do trabalho, atividades cooperativas, dinâmicas pedagógicas, entre outras.

Vale destacar que na atualidade existem programas sociais de inclusão e de distribuição de renda em nosso Estado especialmente a partir da colocação em prática de uma política voltada para essa finalidade por parte do Governo Federal. Em contrapartida, percebe-se uma ausência do empenho do governo do Estado do Rio Grande do Sul em propor e efetivar essas mesmas políticas.

Nesse sentido, esse programa se propõe a um desafio de levar a juventude brasileira, em suas comunidades, que vive em áreas mais empobrecidas, uma oportunidade de efetivar direitos, como o acesso a práticas sócio-educativas em



espaços específicos, já despertando para o protagonismo juvenil. Além disso, o programa também prevê uma transferência de bolsa de R\$ 65,00 a cada jovem, propiciando-lhes o mínimo de condições materiais para que o mesmo possa participar das atividades, o que vai ao encontro da garantia dos direitos de ter acesso a condições mínimas de vida digna.

Dessa forma, o protagonismo juvenil deve ser estimulado entre os jovens, através da conquista da autonomia, da participação social, em que a juventude seja artífice, sujeito e autor em processos sociais. Como não há um consenso em torno do significado, essa expressão é muitas vezes mal utilizada em programas e projetos, sob um prisma da demagogia e do clientelismo. Por isso, aborda-se aqui essa temática como um processo a ser efetivado a partir do acesso a informação, da conscientização, da participação social ativa nos espaços sócio-institucionais, na construção da autonomia e da luta pelos direitos e o respeito pela sua condição peculiar de ser.

Protagonismo Juvenil significa, tecnicamente,

O jovem participar como ator principal em ações que não dizem respeito à sua vida privada, familiar e afetiva, mas a problemas relativos ao bem comum, na escola, na comunidade ou na sociedade mais ampla. Outro aspecto do protagonismo é a concepção do jovem como fonte de iniciativa, que é ação; como fonte de liberdade, que é opção; e como fonte de compromissos, que é responsabilidade ([www.protagonismojuvenil.org.br](http://www.protagonismojuvenil.org.br)).

Esse conceito abarca questões-chaves em que o jovem pode desenvolver um processo de participação ativa, como autor da transformação social. Mas, para isso ocorrer, destaca-se a responsabilidade e a primazia do Estado e da sociedade em assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Para tanto, através da mobilização social na história brasileira, esses direitos foram sendo conquistados e instituídos, devendo ser efetivados através de ações sociais em programas, projetos ou pela criação de equipamentos e espaços públicos que dêem conta das demandas oriundas da população.

A temática do projeto é **a construção coletiva do protagonismo juvenil no Programa Agente Jovem**, efetivada através da promoção da cultura do aprendizado permanente, como preconiza a pedagogia Freiriana, impulsiona para o envolvimento com a transformação da realidade social atual, marcada pela desigualdade, pelas injustiças, pois:

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (FREIRE, 1996:85).

A garantia do acesso aos direitos e de espaços de efetivação da cidadania é indispensável para o desenvolvimento sadio dos jovens e da sua educação e posterior inserção no mercado de trabalho. E, transformar a realidade, negando a naturalização histórica da pobreza, das fragilidades, são formas que colocam os adolescentes como sujeitos de sua história, mesmo com as poucas oportunidades que lhes são proporcionadas.

No entanto, percebe-se que todo o arcabouço legal e teórico ainda não dá conta da efetivação do acesso a direitos para os adolescentes. Suas vulnerabilidades ainda continuam a ser vivenciadas no cotidiano, apesar de minimizadas. No caso do grupo, nota-se a existência de casos de drogadição, mães adolescentes, fragilidade de vínculos familiares entre outros. Além disso, as dificuldades econômicas fazem com que o principal interesse dos adolescentes em participar do grupo seja o ganho da bolsa de R\$ 65,00. Esses aspectos da realidade tornam difícil a realização de um processo grupal, mas não a impossibilitam, já que o conhecimento de tais aspectos ajuda a dinamizar estratégias diversificadas e condizentes.

É importante que, muito além de uma mera realização rotineira e tecnocrática de dinâmicas, deve-se propor a trabalhar aspectos importantes na relação dos sujeitos, estabelecidas na coletividade e no cotidiano de cada um. Além disso, deve-se realizar um verdadeiro processo social de superação de aspectos, como o senso comum, a individualidade das relações e a falta de organização coletiva. Para tanto, esse processo tem como característica a busca da conscientização acerca dos direitos, as responsabilidades, das potencialidades e dos limites passa pela

dinâmica do conhecimento da realidade e da superação de seus limites. Conforme Souza,

A conscientização, em sua dinâmica pedagógica, se traduz como um processo contínuo de compreensão crítica da realidade, isto é, a partir da realidade existencial que se tem, passa-se uma percepção ampliada desta realidade; estabelecem-se correlações de causa e efeito e formulam-se juízos e críticas que direcionam a formulação de atitudes para o seu enfrentamento (SOUZA, 2004: 89 e 90).

Segundo a mesma autora, o processo da participação é definido como “o processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população, ante a sua realidade concreta” (SOUZA, 2004:90). É processo que se desenvolve através do confronto de interesses dos sujeitos.

É seguindo essa perspectiva de superação das dificuldades e valorização das capacidades dos indivíduos que o Projeto de Intervenção com o grupo de adolescentes no campo de estágio, junto ao CRAS Restinga e Extremo Sul, teve em seu objetivo geral: promover um processo de construção do protagonismo juvenil pela participação, reflexão e conscientização a fim de que possibilite o enfrentamento dos desafios do cotidiano e contribuindo para a emancipação dos sujeitos e a superação de aspectos alienantes da realidade.

Dentro da efetivação do protagonismo juvenil, como principal pilar da caminhada do grupo, foi proposto como estratégia dinamizar a inclusão dos adolescentes no processo formativo do grupo. Dessa forma, notou-se que o chamamento aos sujeitos para a inclusão no próprio grupo somente foi possível a partir da organização e da proposição de desafio a participação nas atividades do projeto, inclusive através do incentivo a envolver-se em atividades políticas pertinentes a juventude, como Conferências Municipais (Diários de Campo: 18/03/08 e 23/10/08).

Essa dinâmica acabou por despertar o interesse da maioria dos jovens pelas palestras, pelos encontros em que se abordavam temáticas diversas para a reflexão, além de envolver o grupo em passeios, atividades esportivas, informática, Hip Hop, dança de rua, desenho, entre outros. Esse processo fora de suma importância para efetivar inclusive o resgate da dignidade e do valor humano de muitos adolescentes, oriundos de condições extremamente precárias de vida, expostos a vulnerabilidade social como precariedade de moradia, drogadição, violência, entre outros. Mas, um

dos maiores desafios do grupo encontrava-se na esfera da participação efetiva e o respeito aos horários, que se constitui numa continua busca de superação.

Desse modo, surgiu como proposta de grande relevância que cada adolescente pudesse pensar e elaborar um projeto de vida pessoal, a partir de seus sonhos, para a sua vida, em relação à escola, atividades que gostaria de realizar, cursos de capacitação, para o ano atual (Diário de Campo: 11/03/08). Essa criação fora realizada através de constante diálogo em que cada um confronta-se com as dificuldades de seu cotidiano, mas também tem possibilidade de participar de cursos de capacitação e das próprias atividades do Agente Jovem, como forma de realizar o seu projeto de vida.

### 3.5 AS MUDANÇAS NO PROGRAMA AGENTE JOVEM E O PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO NOS TRÂMITES INSTITUCIONAIS PELO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Referente às modificações do Programa Agente Jovem, previstas pelo governo federal e constante no site do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS foram repassadas as informações, de que as mudanças estavam previstas desde fevereiro de 2008. No entanto ainda não haviam sido repassadas aos Centros Regionais, gerando certo transtorno em termos de organização, já que disso advinha a necessidade do planejamento em torno de admissão ou não de novos integrantes aos grupos.

Mas, as informações foram dialogadas em termos de equipe de profissionais e em conjunto com o grupo de adolescentes. Deste modo, com a limitação dos ingressos no programa, o grupo dos atuais participantes faria a conclusão das atividades conforme o planejamento, até o final do ano de 2008 (Diários de Campo: 27/05/08 e 28/05/08)

Após o encerramento, o novo formato abrangerá atendimento a adolescentes de 15 a 17 anos, integrados ao Bolsa Família, sob nova nomenclatura, chamando-se Pro-jovem Adolescente. Desse modo, destacam-se elementos essenciais abordados na dinâmica grupal:

1. O Agente Jovem será unificado, a partir de Janeiro de 2009, com o PROJOVEM, em quatro formatos: a) Projovem Trabalhador, b) Projovem Urbano, c) Projovem do Campo e d) Projovem adolescente. Cada um com sua especificidade.
2. No entanto, para habilitar-se a receber esses programas, os municípios devem credenciar-se junto ao Ministério do Desenvolvimento Social, seguindo a regulamentação da gestão básica ou plena do SUAS. No caso da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, FASC -, aponta-se uma resistência inicial em termos de gestão para aderir ao Projovem Adolescente. No entanto, essa situação fora superada a instituição já está se preparando para a efetivação do programa em 2009.
3. Os adolescentes que farão parte do serviço sócio-educativo do Projovem Adolescente, receberão por intermédio do Bolsa Família, o Benefício Jovem Variável, no valor de R\$ 30,00, sendo que cada família poderá receber duas bolsas no máximo. O programa terá duração de dois anos. Um dos aspectos questionáveis da renovação do programa é a questão da redução do valor da bolsa e o fato de o dinheiro não ser mais disponibilizado diretamente ao adolescente, tolhendo-lhes valores como a autonomia, a liberdade e o incentivo ao protagonismo juvenil (Diário de Campo: 28/05/08).

Considerando-se os tópicos mencionados, destacam-se os aspectos marcantes relacionados à gestão pública. Nota-se certo descaso com a questão da informação, falta de competência, de interesse em administrar a coisa pública percebendo nela os interesses dos usuários e os inúmeros profissionais que estão envolvidos. Fica visível o modelo de gestão liberal que procura esfacelar a entidade estatal, tornando-a incapaz de gerenciar, para depois ter motivo de transferir responsabilidades a iniciativa privada. Inclusive é perceptível no cotidiano institucional questões como a desvalorização dos recursos humanos, especialmente pela carência de capacitação e precariedade de incentivo monetário para funcionários provedores de serviços básicos como a higienização, a alimentação entre outros. Além, é claro da falta de cuidado com a manutenção da estrutura física,

com os prédios, destinados para serem locais de acolhida e de resgate social na comunidade, tornando-se uma estrutura quase insalubre.

Assim, analisando criticamente esse contexto, percebe-se o quanto certas formas de gestão, de orientação ideológica voltadas ao interesse do capital, vêm gerando a situação estrutural na qual se encontram as instituições sociais de caráter público. Enquanto isso nota-se a importância de realizar um trabalho articulado no interior das instituições, dialogando com gerências, com pessoas responsáveis e com colegas de trabalho, para decifrar informações dadas e tornar factível a construção do processo de emancipação dos sujeitos e o seu acesso aos recursos produzidos na sociedade. Conforme Prates:

A categoria de mediação tem papel fundamental no plano metodológico devido a sua dupla natureza, ontológica e reflexiva em que [...] as mediações que estruturam (ontológicas) devem ser reconstruídas pela razão (reflexivas) para que seja possível uma compreensão do movimento e constituição do objeto e para orientar a intervenção (Pontes apud Prates, 1995, p.175-176).

A mesma autora, destaca que, o Assistente Social é “um articulador de mediações [...] nos sistemas de mediações que infiram as refrações da questão social constitutivas das demandas sociais à profissão” (Pontes apud Prates, 1995, p.175-176). Dessa forma, é possível ter claro enquanto intervenção, que a mesma deve ser direcionada por um processo de luta e de diálogo, procurando superar junto com os usuários as implicações e expressões da questão social, que se apresentam mesmo no interior de movimentos ditos favoráveis aos cidadãos.

Constata-se que o fato de dirigir instituição sócio-assistencial não coloca os dirigentes, necessariamente, no movimento de defesa dos direitos e princípios de cidadania. Nota-se a existência e o primor de interesses meramente político partidários, de ideologias conservadoras e liberais, de interesses individualistas, desbocados da defesa dos direitos comuns. Em síntese, os agentes do trabalho do Estado, como já explicitado, podem estar comprometidos com o ideário neoliberal e mantê-lo no exercício da gestão da coisa pública, no entanto, é necessário desvendar esse cenário, através do agir cotidiano, que transcorre por vezes de forma manipulada, mas que aliena e codifica a realidade.

Desse modo, é possível e necessário realizar uma melhor qualificação da intervenção profissional na realidade. Conforme Vasconcelos,

Considerando a questão social e sua vivência pelas classes populares, enraizada na dinâmica histórico conjuntural das relações entre as classes sociais e destas com o Estado, qualquer trabalhador social que objetive, com suas práticas profissionais, contribuir na construção de uma sociedade democrática que amplie e consolide a cidadania, na busca da igualdade econômica-política, demanda uma prática de caráter reflexivo, ou seja, uma prática educativa, crítica criativa, politizante, que aponte para a ruptura com o instituído, colocando permanentemente em questão a relação conteúdo/forma, numa ação que envolve imediatamente dois sujeitos: o usuário e o profissional (VASCONCELOS, 1993:133).

Dessa forma, a prática profissional carece de capacitações constantes, para aprimorar sua intervenção e a própria relação estabelecida com os usuários, tornando-a crítica, criativa e participativa, a partir do que os sujeitos mesmos demandam. Esse desafio precisa ser superado cotidianamente através da interação entre profissionais, do apoio do Estado e das instituições, dos usuários, de modo que as Políticas Sociais e Públicas venham a ser efetivadas.

#### **4 A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL: ABORDAGEM DE TEMÁTICAS E DINÂMICAS COLETIVAS**

Para desencadear um verdadeiro processo de formação coletiva, cidadã, e superação do senso comum e da alienação, muitas vezes presentes no cotidiano sócio-cultural, é necessário efetivar uma rotina de busca de informação e da promoção da participação juvenil em áreas de seu interesse, respeitando valores trazidos por cada um. Por isso, destaca-se a seguir alguns elementos considerados primordiais que contribuem para a dinamicidade da construção desse processo, realmente gerador de autonomia, cidadania ativa, informação, convivência social, acesso a recursos entre outros, tendo por base a realidade social do país e da comunidade em que cada um encontra-se inserido. E, para corroborar com o processo reflexivo, são apontados dados significativos, que, em alguns casos tem suas deficiências, como por exemplo, os dados disponíveis nas pesquisas acerca da realidade do município de Porto Alegre, que apesar de em alguns aspectos já se encontrarem defasados, trazem elementos importantes para serem destacados, que não negam o que é visível dentro do contexto de exclusão social em que se vive e propõe-se a superação.

A abordagem de temáticas, dinâmicas (Serrão e Baleiro, 1999) e ações do interesse juvenil, de forma criativa, contribuem para a reflexão entre os integrantes do grupo. Seguindo o planejamento das ações, é necessária a realização de dinâmicas, palestras, com utilização de textos de fácil compreensão, de aproximadamente dois parágrafos cada, para a realização da leitura pelo grupo, em seguida, fazendo-se uma conversa acerca do conteúdo de cada um. Além dos textos, usa-se folder informativo, revistas, jornais, trazendo informações importantes de interesse comum. Tais textos ainda servem para a confecção de painéis, onde cada um e o grupo podem expor aquilo que entendeu sobre o conhecimento obtido. Esses painéis, confeccionados coletivamente, são expostos na sala do grupo, por um bom tempo, para ser visto por todos e, inclusive demonstrar a capacidade criadora e as potencialidades presentes nos sujeitos (Diário de Campo: 25/03/08).

Apesar de alguns integrantes do grupo demonstrar em resistência no início, dizendo que não queriam fazer nada ou que não sabiam como fazer, o processo da dinâmica serve muito para gerar um conhecimento vivenciado acerca da noção de



participação e de construção grupal de forma cooperativa. Os conflitos surgem a cada momento e precisam ser trabalhados através de meios educativos em que os limites e as possibilidades são experimentados por cada pessoa. É nesse processo, que se vai construindo também a segurança, a confiança em si e valorizando as capacidades de cada um.

Além das temáticas e das dinâmicas, a viabilização da participação em atividades como o esporte, o Hip Hop, a informática e a projeção de filmes, possibilitam uma maior articulação da capacitação individual e coletiva dos adolescentes e jovens. Através de atividades cooperativas e reflexivas, pode-se direcionar uma prática de cunho social para a educação, o crescimento humano e a superação de conflitos. Outro aspecto fundamental, veiculado nesse processo, é a questão da geração da informação e do conhecimento, que faz o grupo crescer em busca da cidadania e acerca das coisas que faz e o porquê faz.

Enquanto parâmetro teórico seria possível discorrer sobre conceitos de grupos, abordando os conflitos e luta pela superação da serialidade entre outros. Mas, neste caso, aponta-se como guia da educação social o pensamento freiriano que diz que “o diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes que desnudados, vão mostrando sua incompetência para explicar os fatos” (FREIRE, 1996:81).

Com essa idéia, acredita-se contribuir para que as pessoas possam construir um novo conhecimento dentro do grupo, de que a organização, a participação e a consciência das potencialidades de cada um são indispensáveis para a vida social. Por isso, é necessário superar elementos como a falta de motivação e desafiar-se para o novo. Nesse processo, cada um traz consigo sua história, possibilitando a aprendizagem referente às suas peculiaridades e gerando perspectivas de superação da alienação e da opressão. Por isso, é necessário propor com segurança e confiança, para que o grupo possa crescer rumo a uma cidadania coletiva e solidária.

#### 4.1 MUNDO DO TRABALHO

As relações entre as transformações do mundo do trabalho e a vida cotidiana, podem e devem ser verificadas, a partir do contexto sócio-histórico, gerado pela vigência do capitalismo monopolista e a sua interferência nas relações sociais e na produção das novas maneiras de vida, incutidas na vida das pessoas. Essa análise, pode ser abordada a partir de Raquel Sant’Ana (2000) que diz que:

As transformações do mundo do trabalho estabelecem novos padrões de organização e gerenciamento da indústria, novos tipos de contrato de trabalho, maiores índices de produtividade ditados pelo avanço tecnológico e pela automação (SANT’ANA, 2000:73).

A partir desse excerto, pode-se apontar que os novos padrões e gerenciamentos gestados pelo capitalismo moderno, aliados ao avanço tecnológico e a automação desmedidos, são geradores de reflexos que incidem diretamente no modo de vida dos trabalhadores, alterando inclusive o sentido dos valores e costumes importantes para o ser humano, como por exemplo, a educação, o lazer e os direitos.

E, o que torna a situação precária em especial para a juventude é o fato de a mesma ser ainda mais vulnerabilizada, é a sua situação de exclusão ou dificuldade de encontrar espaço no mercado de trabalho. O ambiente de disputa torna-se desleal em função da defasagem, em termos de falta de experiência e capacitação para vender sua força de trabalho. Dados mostram que, “enquanto para os adultos presentes no mercado de trabalho, 8 em cada 100 encontravam-se desempregados; no caso dos jovens, essa cifra salta para 24,5% em cada 100, ou seja, 3 vezes mais” (BRANCO, 2005:130).

Em vista desse cenário, o trabalho junto a adolescentes e jovens propunha-se a abordar os aspectos, como a realização de atividade coletiva de leitura e reflexão sobre a data comemorativa em homenagem ao Trabalhador, o 1º de Maio (Diário de Campo: 29/04/08). Para levar informação e conhecimento a esse diálogo, utilizou-se de textos como artigos da Constituição Federal, dados estatísticos da realidade social e artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 23).

O que chama a atenção de todos são os aspectos relativos à legislação brasileira, que dá garantias a não exclusão dos trabalhadores, ao salário mínimo

digno para o sustento familiar de todas as necessidades básicas, entre outros aspectos. Inclusive no que se refere à garantia do direito de capacitação da própria juventude, através do trabalho educativo, se tem amparo legal a partir da Lei da Aprendizagem (Lei Federal 10. 097/2000 e Lei Federal 11. 180/2005). Dessa forma, tem-se a possibilidade de inserção em cursos de capacitação e orientação adequadas, em instituições públicas e privadas do país. Mas, é necessário estar atento para que esse tipo de apoio legal não sirva de trampolim para a exploração de mão de obra barata, a serviço de interesses empresariais.

No entanto, muitos jovens e adolescentes enfrentam dificuldades em acessar esses direitos e acabam descobrindo as limitações mais elementares impostas pela realidade, como a discriminação e o preconceito. Existem muitos direitos garantidos na lei, como a proibição de diferenciações, mas os negros, por exemplo, ainda são muito excluídos do acesso ao trabalho e renda. Conforme o artigo 7º da CF,

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Destaca-se o quanto essa legislação serviu e está servindo de aporte para muitas conquistas e, para manter direitos conquistados, a partir de movimentos sociais e organizações de trabalhadores. Por isso, é importante lutar de forma organizada e unida para que esses mesmos direitos não sejam destruídos pelo sistema excludente.

Por verificar que a população que constitui a comunidade da Restinga, onde está situado o CRAS Restinga e Extremo Sul, é de maioria negra, essa temática se tornou de muito proveito ser abordada, para apropriação de informações e reflexões pertinentes. A discriminação no espaço de trabalho é uma perversidade muito presente nos dias de hoje, especialmente através da exclusão do negro e a sua dificuldade em obter acesso a cargos de chefia, promoções, lideranças e maior remuneração.

Conforme pesquisa realizada pelo Dieese em 2002,

Enquanto, por exemplo, na região de Salvador, 10,3% dos negros (pretos e pardos) ocupam cargos de chefia e a porcentagem entre não-negros (brancos e amarelos) é de 29,6%, na região metropolitana de São Paulo, essas proporções são de 4,4% e 15,7%, respectivamente ([www.comciencia.br/reportagens/negros](http://www.comciencia.br/reportagens/negros)).

O Dieese também aponta o quanto a subalternidade está relacionada à cor da pele (Diário de Campo: 27/11/07).

Quanto à posição ocupada no trabalho, 13,7% dos pretos e 9,1% dos pardos trabalham, por exemplo, em serviços domésticos, enquanto a proporção de brancos na mesma posição é de 6,3%. Por outro lado, em regime estatutário e, como empregadores, há mais brancos (7,3% e 5,8%, respectivamente) do que pretos (6,1% e 1,3%) e pardos (5,3% e 2,3%) ([www.comciencia.br/reportagens/negros](http://www.comciencia.br/reportagens/negros)).

Dados do IBGE apontam também para uma diferenciação em termos de valor hora de trabalho de negros, brancos e pardos, a partir das condições de educação e escolaridade dos grupos étnicos. Na pesquisa realizada em 2006, os rendimentos médios de pretos e pardos se apresentavam sempre menores que dos brancos. Mesmo quando são considerados os rendimentos-hora de acordo com grupos de anos de estudo, as diferenças permaneciam, com o rendimento-hora dos brancos em média 40% mais elevado que o de pretos e pardos para uma mesma faixa de anos de estudo (IBGE, 2006). E na própria comunidade, vivencia-se a questão da precariedade dos rendimentos por domicílio, cujo rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 3,6 salários mínimos e 16,5% de responsáveis por domicílios na faixa de 1/2 até 1 salário-mínimo, no ano de 2000 ([www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br)).

Toda essa discussão, levantada no grupo, serve de aporte para uma formação mais consciente acerca de elementos que fazem parte do cotidiano de cada um. Muitos adolescentes, inclusive, encontram-se em fase de confecção da Carteira de Trabalho e não tem uma compreensão do seu significado. Muito menos do verdadeiro sentido de um feriado nacional em homenagem ao trabalhador. Assim, focaliza-se a ação a partir da categoria dialética da mediação, como fator que possibilita a construção de um saber social consciente, através do diálogo e da informação.

## 4.2 PROJETO PESSOAL DE VIDA

Um dos aspectos de suma importância a ser abordado com os jovens é a questão referente ao projeto de vida pessoal. Por isso, para proceder a sua construção, é necessário refletir coletiva e individualmente, procurando despertar o interesse em protagonizar a dinamicidade e a responsabilidade perante a própria vida.

Nesse sentido, como proposta de reflexão, a elaboração de um Projeto Pessoal realizado por cada adolescente e guardado na pasta de cada um, tem como texto base à reflexão coletiva do texto “A Águia e a Galinha”, de Leonardo Boff. A reflexão auxilia no processo de tomada de consciência no tocante as possibilidades que cada um tem de ser “águia” ou “galinha” perante os desafios da vida (Diário de Campo: 11/03/08). Muitas situações exigem que cada um tome uma postura, de escolha, de decisão, de busca ou de comodismo. Assim, cada um foi desafiado a elaborar o seu projeto, de modo muito concreto, traçando objetivos de vida e o que fazer para realizar seus sonhos.

## 4.3 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS E ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Dentre as ações que proporcionam dinamicidade no acesso a informação é a realização de palestras. Por isso, como exemplo de estratégia metodológica e instrumental, realizou-se uma palestra, com a participação da Guarda Municipal de Porto Alegre, ministrada por profissionais em segurança pública, a partir da seguinte temática: “Estatuto da Criança e do Adolescente: Medidas Sócio-Educativas e Adolescente em Conflito com a Lei” (Diário de Campo: 01/11/07) e em outra possibilidade com a presença do Conselheiro Tutelar (Diário de Campo: 11/06/08).

A iniciativa teve por objetivo trazer informações ao grupo acerca da violência nas escolas, na comunidade e nas relações sociais de cada um. O foco das palestras voltou-se para a questão do adolescente em conflito com a lei, os desafios

que cada um enfrenta no seu cotidiano para superar a violência na comunidade e essencialmente, para gerar informações de interesse do grupo.

O evento com a Guarda Municipal, por exemplo, fora promovido em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, que já realiza esse trabalho de conscientização nas escolas, contando com recursos materiais adequados para fazer abordagem de filmes em data show, telão, caixas de som e carro para deslocamento.

Certamente, nota-se o quão proveitosa essa ação demonstra ser, pois houve ampla participação do grupo, envolvendo-se, trazendo relatos de vivências do cotidiano, já que alguns adolescentes inclusive passaram por situações de confronto com a justiça, tendo que executar as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, como Liberdade Assistida e privação de liberdade.

Um dos recursos materiais utilizados foi um documentário realizado pela RBS TV em 2006, abordando a temática “Adolescente em conflito com a Lei”, apresentando as mais variadas situações em que os nossos adolescentes são submetidos no dia a dia, que fazem com que os mesmos tenham que confrontar-se com a lei, gerando dor e tristeza no seio de suas famílias.

Mas, todas essas formas de abordagem sócio-educativa em relação aos adolescentes, é fruto da mudança ou evolução na legislação brasileira que se dá inicialmente pela modificação paradigmática em torno do conceito da criança e do adolescente que passam a ser considerados como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento pela nova legislação.

Em relação às Medidas Sócio-Educativas e a sua aplicação, a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Artigo 112, propõe sua efetivação mediante comprovação de ato infracional de adolescentes, levando em conta a capacidade para cumprimento das medidas, as circunstâncias e a gravidade da infração. O conjunto de medidas constitui-se instrumentos de ressocialização e reeducação, seguindo os seguintes passos de aplicabilidade, de acordo com cada caso: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – internação em estabelecimento educacional; VI – qualquer uma das previstas no art. 101, I(ECA, 1990).

Cabe à autoridade competente, ou seja, o Ministério Público, delegar a profissionais da área social, ou agentes de serviços estatais de assistência social ou conselheiros tutelares o trabalho de estudar os casos e fazer o devido

acompanhamento e orientação, para que seja realizada a execução de cada medida.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com a Constituição Federal, em seu primeiro artigo destaca a proteção integral da criança e do adolescente. E, no artigo 3º, corroborando com o conceito da Declaração Universal, de que as crianças são pessoas em desenvolvimento peculiar, assegura-lhes todas as oportunidades e facilidades "a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade" (ECA, art. 3º).

É necessário, pois, refletir sobre a questão histórica da construção desses direitos e da estrutura que se tem atualmente. No entanto, apesar da legitimidade constitucional, é preciso levar a informação e o conhecimento aos adolescentes lá onde eles estiverem, sem esperar que os mesmos tenham que aprender apenas através da aplicação das medidas sócio-educativas. Por isso, tal procedimento realizado, com muito sucesso, é um trabalho pertinente ao processo de trabalho profissional do Assistente Social e que deve ser construído de fato, em conjunto com o grupo, ajudando a superar a ignorância e a alienação coletiva. E, de uma forma muito dinâmica, jovial e transparente, todos os aspectos acima destacados foram abordados, levando cada adolescente a refletir sobre sua vida, seu futuro e as possibilidades de fazer escolhas respeitadas na comunidade em que vive, buscando a transformação da mesma com sua intervenção protagonista.

#### 4.4 SEXUALIDADE E PREVENÇÃO

As relações sociais juvenis são permeadas de simbolismos, de vivências fortemente marcadas pela presença de suas necessidades muito peculiares. Existe a necessidade de estabelecer vínculos afetivos, de confrontação, de contato com o outro, de reconhecimento, de autonomia, de convivência lúdica através do esporte, da dança etc. A questão da agressividade, da espontaneidade, também se faz muito presente em seu dia a dia. Mas, além disso, a própria sexualidade e a descoberta da mesma podem ocasionar esse tipo de comportamento, desconhecido pelos sujeitos.

Conforme Outeiral (1994), a adolescência se divide em três fases: adolescência inicial (dos 10 a 14 anos) média (dos 14 a 16 ou 17 anos) e a final (dos 16, 17 a 20 anos). Todas as fases apresentam as transformações psíquicas e corporais, mas para efeito dessa reflexão destaca-se as duas últimas fases, devido ao processo de estabelecimento dos vínculos coletivos e os aspectos relativos a sexualidade abordados nesse trabalho. Conforme o autor, “a adolescência média tem como seu elemento central as questões relacionados à sexualidade, em especial, a passagem da bissexualidade para a heterossexualidade” (OUTEIRAL, 1994:07). Em função disso, é muito comum observar o quanto tais elementos são ignorados ou não são levados a sério pela sociedade, especialmente pelo tratamento preconceituoso atribuído as manifestações dos adolescentes (Diário de Campo: 10/06/08).

Já na fase terceira, tem-se a adolescência final:

A adolescência final (16, 17 a 20 anos) tem vários elementos importantes, entre os quais o estabelecimento de novos vínculos com os pais, a questão profissional, a aceitação do ‘novo’ corpo e dos processos psíquicos do ‘mundo adulto’ (OUTEIRAL, 1994:07).

Dentro da esfera das relações juvenis existe a busca da superação de aspectos como a dependência através da autonomia, buscando sua própria renda para adquirir, desde objetos de consumo diário como para, firmar-se perante os demais. Isso é uma necessidade que precisa ser reconhecida e valorizada, para que as próprias políticas públicas promovam a autonomia desses sujeitos através da capacitação profissionalizante.

Mas, como enfrentar problemas que afetam os jovens como: gravidez na adolescência, escolaridade baixa, formação profissional, sexualidade, drogadição, falta de acesso a informações claras, violência, entre outros? Conforme o Projeto Juventude (2004), “entre as adolescentes de 15 a 17 anos, 7,2 % já são mães, e entre as de 18 e 19 anos, 22,4% são mães” (ABRAMO e NOVAES, 2004:14). Além disso, os dados do projeto apontam o que já é sabido pela sociedade: que a educação ou a falta dela, aliada as condições de vida digna, realmente faz a diferença.

Dados do IBGE apontam que houve um ligeiro aumento da proporção das adolescentes de 15 a 17 anos de idade com filhos: de 6,9% em 1996, passou para 7,6%, em 2006. Por outro lado, caíram em 3,1%, os níveis de maternidade das



jovens de 18 a 24 anos de idade, passando de 38% para 34,9% (IBGE, 2006). A gravidez na adolescência é uma das questões que precisa ser enfrentada pelas políticas públicas, pois acaba por dificultar a vida de pessoas ainda não preparadas e sem condições adequadas de vida para suportar tais desafios.

Na própria Restinga, esses dados também têm seus reflexos, apesar de as pesquisas demonstrarem defasagem do ano e restringir-se apenas a nascidos vivos na adolescência. Conforme o site da prefeitura municipal de Porto Alegre, em 2005 havia inclusive uma porcentagem de mães com idade entre 10 a 14 anos, com 0,7% Nascidos Vivos. E, 22% Nascidos Vivos - Idade da mãe - 15 a 19 anos (Disponível em: [www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br)).

Na maioria das vezes, esse cenário é favorecido pela falta de informação, de conhecimento adequado, pois se aborda sexualidade somente relacionada ao sexo, erotismo entre outros. Mas, precisa-se demonstrar que sexualidade é a composição do ser humano em sua totalidade, inclusive o aspecto sexual. Por isso, na maioria das vezes os aspectos mais valorativos do desenvolvimento do ser humano nessa fase de vida são ignorados, como a questão da busca da identidade, da autonomia, necessidade de convívio social, de conhecimento de si e do outro. Isso também acaba por embasar ações educativas fragmentadas a esse público. Além disso, é perceptível a existência da cobrança e da pressão sobre a juventude para tomar atitudes adultas e comportar-se conforme um padrão que ainda não lhe é pertinente.

Mas, o conhecimento mais aprofundado dessa fase e da sexualidade juvenil, possibilita também a promoção mais adequada da informação da prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis através do uso de preservativos, e o uso de contraceptivos, para prevenir a gravidez na adolescência. Nesse sentido, para abrir horizontes de compreensão da própria condição em que se encontram os integrantes do grupo, numa tentativa de informar e desvendar conceitos estereotipados socialmente, fez-se diversas aproximações com a promoção de palestras e leitura de textos informativos, pela participação importantíssima de pessoal da área da saúde (Diários de Campo: 30/10/07, 10/06/08 e 26/08/08).

Durante as abordagens com adolescentes, é necessário fazer a superação de idéias preconcebidas acerca de uma sexualidade agressiva e competitiva, de falta de cuidado consigo mesmo e com os outros, para a construção de um conhecimento de que as relações humanas podem ser saudáveis e aprazíveis. Dessa forma, a abordagem do namoro como a busca da identificação amorosa da outra pessoa, a

realização de relações sexuais com uso de preservativos, são formas que, além de demonstração de respeito, de racionalidade, de cuidado consigo e com o outro, são gestos importantes para a saúde, a higiene e o bem-estar.

#### 4.5 ESCOLARIZAÇÃO

Quanto à questão da escolarização, percebe-se o quanto à falta da mesma interfere nos processos de organização da vida cotidiana. Além disso, a falta de informação e educação é uma prova de que as desigualdades de acesso a educação e ao planejamento da vida podem ser modificados pela interferência da educação. Dados apontam que “a taxa dos jovens com filhos ficou acima de 30% nos níveis de escolaridade até o ensino fundamental, enquanto para os jovens com ensino superior essa taxa cai para 9%” (ABRAMO e NOVAES, 2004:14).

A juventude a partir dos 15 anos é a mais afetada com esse processo. Os dados mostraram que, mesmo com o crescimento do acesso à escola para esse grupo, de 69,5% para 82,2% entre 1996 e 2006, a taxa de frequência líquida em 2006 não atingia metade do segmento populacional: 47,1% (IBGE, 2006).

Por isso, ao abordar essa temática com adolescentes e jovens, percebe-se a necessidade fundamental de que os mesmos estejam envolvidos no processo de escolarização, como a forma por excelência para obter acesso a informação, ao conhecimento e a superação do preconceito e das barreiras socialmente existentes. Na própria Restinga, a taxa de analfabetismo é de 6,0%, e a população com 15 anos alfabetizada é de apenas 35,3 em 2000, o que aflige muito a realidade de cada adolescente ([www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br)).

Sabe-se que um dos aspectos que contribui para o analfabetismo é a questão da precariedade do ensino, aliado a falta de atrativo das escolas públicas e dos modelos educacionais, para que a juventude seja motivada a buscar sua inserção nas redes de ensino. Mas, apesar da precariedade do ensino, a escola ainda assim é a principal promotora do conhecimento, o que se tornaria ainda mais efetiva com o apoio das políticas públicas em outras instâncias sociais em que os jovens possam acessar. Conforme pesquisa do livro Retratos da Juventude Brasileira (2005),

A qualidade do ensino talvez ainda seja um abismo, principalmente para quem não recebe as vantagens pagas a peso de ouro do sistema privado. Não obstante, os jovens já consideram a possibilidade de acesso como uma ponte. Precária, estreita, mas ainda assim eles podem caminhar por ela (LAÇANCE, 2005:83).

Sem dúvidas, a escola é essa ponte que liga a possibilidades como a conquista de espaço futuro no mercado de trabalho, a educação. Mas, precisa ser incentivado aos adolescentes e jovens que conquistem esse espaço e que, o Estado e a sociedade civil promovam a inserção dos mesmos no sistema escolar, com qualidade para todos.

#### 4.6O MUNDO DAS DROGAS

O “Mundo das Drogas” é uma temática pertinente a qualquer grupo social nos dias de hoje. Por isso, com o intuito de levar informação ao grupo, a sua abordagem a partir de filmes explicativos, trazendo informações e conteúdos sobre: drogas lícitas e ilícitas, a historia da origem das drogas (ritualismo religioso e uso medicinal em culturas diversas), o alcoolismo, o tabagismo, prevenção e tratamento. Assim, o grupo todo pode acessar muitas informações, inclusive a muitos vídeos de propaganda anti-drogas vinculadas na televisão, com testemunhos de diversos profissionais como Médicos, Psiquiatras, Psicólogos, Narradores Esportivos e Pedagogos.

Uma das drogas presentes na comunidade, entre os adolescentes, chama-se: loló (Diário de Campo: 18/03/08). Percebe-se que alguns adolescentes vêm ao grupo exalando bastante cheiro do produto, que é:

Um composto caseiro de éter, clorofórmio e perfumes ou essências caseiras. Estes dois primeiros componentes podem ser substituídos por qualquer outro tipo de solvente. Meninos de rua e estudantes são os maiores consumidores desta droga, muitas vezes consumida nos intervalos entre as aulas (<http://www.crer-vip.org.br/drogas/lolo.htm>).

Mas, enquanto solução, os casos individuais precisam ser dialogados e encaminhados, despertando o interesse de cada adolescente em encontrar alternativa mais adequada para viabilizar a superação dessas dependências químicas, que fragilizam a saúde de cada um. Além disso, a equipe de profissionais

do CRAS se mobiliza para realizar encaminhamentos junto a rede de atendimento, em conjunto com a família, amigos e a escola. No entanto, o fato de existirem muitas pessoas na faixa etária dos 13 a 17 anos em situação de rua, tem-se um agravante local, na própria Restinga, que contribui para o cerceamento dos adolescentes para o consumo de drogas ou, envolvimento com o tráfico. Em 2004, havia na comunidade 47% de crianças e adolescentes em situação de rua, com idade entre 13 e 17 anos ([www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br)). Por isso, no próprio Agente Jovem se tem o reflexo desses casos, que carecem de encaminhamento para o resgate dessas situações de degradação da pessoa humana.

Em relação ao aspecto do tabagismo, percebe-se que alguns adolescentes trazem consigo uma necessidade quase compulsiva pelo cigarro. Muitos estão constantemente solicitando para sair do ambiente de atividades e ter oportunidade de fumar um ou dois cigarros. No entanto, é necessário ir incentivando diariamente para que cada um se conscientize acerca dos males que o cigarro traz para a saúde. Essa prática de fumar é muitas vezes incentivada nos próprios lares, pelos adultos, o que acaba sendo transmitido para crianças e adolescentes como ato normal da vida.

Nesse contexto, o tabagismo afeta uma parcela muito numerosa de pessoas, seja ativa ou passivamente em nosso país, gerando um problema de saúde pública para todos. Destaca-se pesquisa realizada sobre o tabagismo ativo e passivo (Diário de Campo: 29/05/08):

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que um terço da população mundial adulta, isto é, 1 bilhão e 200 milhões de pessoas (entre as quais 200 milhões de mulheres), sejam fumantes. Pesquisas comprovam que aproximadamente 47% de toda a população masculina e 12% da população feminina no mundo fumam.

O total de mortes atribuíveis ao tabaco atinge 5 milhões anuais, o que corresponde a 10 mil mortes por dia. Cerca de 70% ocorrem nos países em desenvolvimento e metade delas na idade produtiva, entre 35 e 69 anos.

Se nada for feito e essa tendência continuar, em 2020 as cifras alcançarão 10 milhões de mortes anuais.

No Brasil, estima-se que a cada ano 80 mil pessoas morram precocemente devido ao tabagismo, número que vem aumentando ([www.soespe.com.br](http://www.soespe.com.br)).

Outra pesquisa aponta a relação do tabagismo com a pobreza:

Em 2001, um inquérito realizado pelo INCA no município do Rio de Janeiro, mostrou que embora a prevalência de fumantes tenha diminuído, a proporção de fumantes entre pessoas de baixa renda e escolaridade manteve-se maior do que entre os grupos de maior renda e escolaridade. Entre os analfabetos e entre as pessoas com grau de escolaridade de 1 a 4 anos, a prevalência foi de 26% para ambos os grupos de escolaridade, quase 50% maior do que a prevalência observada nos grupos que apresentavam de 9 a 11 anos de estudo e com mais de 12 anos de estudo, que registrou 17% para cada um dos grupos. A mesma tendência foi observada nos grupos classificados pela faixa de renda: a prevalência de tabagismo entre as pessoas com renda igual ou menor a 2 salários mínimos foi 23,5%, ao passo que entre os que recebiam acima de 20 salários a prevalência de fumantes foi 16,5% ([www.drashirleydecampos.com.br/noticias](http://www.drashirleydecampos.com.br/noticias)).

Os dados do Instituto do Câncer - INCA, abordados nas reflexões grupais, apontam o quanto às pessoas de baixa renda são as mais atingidas pelo consumo de cigarro. E, dentro dessa população, encontram-se os adolescentes e jovens, os mais vulneráveis, já que tem afetados diversos aspectos de sua vida, como seu desenvolvimento físico, baixo aproveitamento das atividades escolares, incentivo ao tráfico entre outros. No Brasil, 90% dos fumantes adultos começaram a fumar na adolescência (CARLINI-MARLATT, 2005:307). Apesar de ser proibida a propaganda de cigarros nos meios de comunicação social, a indústria do tabaco trabalha firme na camuflagem do marketing, apontando conseqüências do uso de seu produto como meio de promover a autonomia, o bem-estar, o prazer e o status social.

A partir do relato acima e da pesquisa a cerca do tabagismo, pode-se elaborar questionamentos que possibilitem refletir melhor sobre a intervenção profissional no trabalho com os adolescentes. O que fazer para reduzir o envolvimento de adolescentes com o cigarro? Como gerar um processo de conscientização sobre os malefícios provocados pelo tabagismo?

Acredita-se que esse é um problema que não tem uma solução imediata, mas que demanda uma reflexão junto com outros profissionais envolvidos com as demandas juvenis. Além disso, nota-se a necessidade de continuar agindo com muita firmeza e rigor, ao mesmo tempo em que gerando explicações para clarificar aos fumantes sobre os prejuízos trazidos pelo cigarro, inclusive afetando a participação e a organização grupal. Dessa forma, pensa-se estar demonstrando contrariedade a um ato prejudicial a cada um, com posicionamento claro a favor de uma conscientização e de aspectos que possam fortalecer e não enfraquecer a pessoa. Obviamente, essa é uma reflexão muito extensa, com muitos outros

elementos a serem considerados, que poderão retornar em debates e diálogos realizados com o grupo.

Alguns casos que surgiram no Agente Jovem, foram problematizados e solucionados a partir dessa estratégia, buscando envolver os sujeitos em atividades esportivas, de lazer ou encaminhando para algum centro de desintoxicação. Nesse sentido, fora necessário conduzir um trabalho junto ao grupo, que busque superar essa descontinuidade, apropriando-se desse “jogo” para garantir que haja efetivação de valores indispensáveis para a emancipação dos cidadãos (Diário de Campo: 13/05/08 e Relatório Descritivo Processual: 19/08/08).

#### 4.7 SUPERAÇÃO DE CONFLITOS

Destaca-se, que na caminhada de convívio e contato social, o grupo encontra dificuldades em função do surgimento de conflitos na relação com colegas, estabelecida às vezes de forma agressiva. Já com os educadores, alguns adolescentes têm dificuldades em responder aos desafios e as regras do grupo, gerando “transtornos” em função da não aceitação da intervenção dos mesmos (Diário de Campo: 11/03/08). Por isso, uma estratégia utilizada para mediar às relações grupais é o estabelecimento de um contrato simples e objetivo, onde são eleitas as regras de convivência, com base em valores como o respeito, a participação e a democracia.

No entanto, todas as situações surgidas foram encaminhadas e dialogadas com a equipe de profissionais, envolvendo inclusive a gerência institucional, para uma tomada de postura equânime, fazendo com que os limites sejam observados por todos e o respeito passasse a vigorar no ambiente. Não se trata de realizar um cerceamento das liberdades individuais, mas de dar mostras da necessidade de respeitar diferenças e aceitar o outro e, os desafios que surgem dentro dos espaços coletivos, muitas vezes não orientados a ser observados pela sociedade em geral.

Destaca-se que o surgimento de tais conflitos, às vezes, envolvendo apenas alguns adolescentes ligados a presença de novos integrantes, meninas, já que o grupo caracteriza-se por sua abertura ao acesso de saída e ingresso de pessoas.

Percebe-se que alguns adolescentes, logo tratam de encontrar formas de mostrar-se para as novas integrantes, chamando-lhes a atenção e procurando demonstrar-se com 'poder' perante os demais. Assim, surgem atitudes agressivas incluindo ofensas verbais para colegas e educadores.

Mas, para efeito de reflexão e conhecimento, a questão de chamar a atenção pode ser apenas um aspecto presente na relação grupal. No entanto, através do diálogo constante e da insistência enquanto parte do processo educativo do grupo, os próprios adolescentes passam a compreender e aceitar melhor essa realidade, procurando deixar de lado os aspectos de agressividade, em troca do respeito mútuo.

Sabe-se que, esses fatores fazem parte do processo de crescimento que é a adolescência. E foi levando em consideração tudo isso que se procurou realizar uma superação em processo, respeitando suas peculiaridades e colocando-se os limites para o estabelecimento sadio das relações sociais.

Além disso, o respeito às normas, elaboradas para facilitar o convívio grupal e social, contribui para a superação de aspectos desfavoráveis ao crescimento dos sujeitos como cidadãos conscientes. Eis que aí surge um dos aspectos que se impõem como desafio a reflexão e a prática dentro do trabalho: o desafio de contribuir para a formação de uma consciência coletiva dentro do grupo. Nota-se que, mesmo dentro das peculiaridades do ser adolescente, a questão da dispersão está sempre presente. Por isso, é importante estar atento para que o grupo se fortifique como tal, avaliando constantemente a sua caminhada e superando os elementos que geram dispersão.

Conforme Lapassade, "o risco de uma volta à dispersão é superado quando os membros de um grupo ligam-se por meio de um juramento. Passar-se-á em seguida, do juramento, do que foi jurado, à organização, à instituição" (LAPASSADE, 1989:228). Assim, é necessário criar momentos de debate, de reunião para superar conflitos, trazer a tona o que incomoda os sujeitos, desafiando a cada um para assumir sua responsabilidade coletiva. Em relação ao juramento, trata-se de unir-se com os objetivos e propósitos da caminhada, de saber participar ativamente e organizadamente em seu cotidiano.

Para Paulo Freire, esse embate sinaliza para uma mobilização (FREIRE, 1997:72), como forma de desencadear um processo dialético, envolvendo todas as partes interessadas na qualidade formativa da pessoa, enquanto ser social. No

entanto, sempre antes de dar início as atividades, faz-se necessário um encontro de abertura em que se dialoga coletivamente acerca do que se vai realizar durante a manhã, revisando o dia anterior e apontando caminhos e orientações para o novo dia que se inicia. Isso mostra que a cada desafio vencido surge um outro, gerando a necessidade de interesse e busca pela transformação constante.

Dessa forma, faz-se um processo de problematização junto ao grupo, capacitando às pessoas a melhor enfrentar o cotidiano, sob uma visão mais democrática, livre e organizada. Essa problematização capacita os indivíduos para resistir. Para Freire, “no fundo, as resistências – a orgânica e/ou a cultural – são manhas necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos” (FREIRE, 1996:80). Essas resistências se configuram no cotidiano das favelas, nas comunidades precarizadas, no interior dos lares, em que não há condições de vida digna, fazendo com que as pessoas criem estratégias de sobrevivência, com linguagem diferenciada, de uma cultura própria.

É necessário, pois, enquanto caminhada coletiva, dar-se conta desse processo e de sua dinâmica. Acontece, pois, que esse processo se dá na forma de enfrentamento de barreiras no interior da instituição, na demora em efetivar os mínimos sociais. Por isso, é necessário inclusive aprender a resistir com os usuários, através de suas “manhas”, para a efetivação de seus direitos. Assim, percebe-se que há uma caminhada mais consciente junto ao grupo, com maior clareza a respeito dos desafios e do papel a ser realizado enquanto mediador junto ao cotidiano institucional.

#### 4.8 ESPORTE

Em relação às práticas esportivas, sabe-se que as mesmas são de grande preferência por parte de grupos juvenis. Por tanto, incentivar a participação no jogo de futebol, no voleibol entre outros, é uma forma salutar de envolver as pessoas em algo que desperte motivação e interesse, além de efetivar um resgate do mundo das drogas, da inatividade, do aliciamento para o mundo do crime, entre outros (Diários de Campo: 05/11/07 e 19/03/08).



Assim, vive-se cotidianamente o desafio de proporcionar aos jovens aquilo que é um direito seu, enquanto ser humano social. Na comunidade, o número de população residente na faixa de 15 a 19 anos, no ano de 2000 era de 10,4% ([www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br)), que muitas vezes não encontra espaços disponíveis e adequados para a prática de atividades esportivas. Às vezes é preciso lutar contra a falta de qualificação dos recursos, mesmo de forma pacífica, mas articulada, planejada e consciente, para que direitos garantidos em lei, como o acesso ao Desporto e ao Lazer, conforme destaca o Estatuto da Juventude ainda em tramitação no Congresso Brasileiro para ser aprovado, que diz que “o jovem tem direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento físico e mental” (Estatuto da Juventude, de 2004, Art. 37). Mas, a lei precisa ser efetivada, mesmo a contragosto de interesses político-partidários, que fazem com que alguns administradores das instituições públicas exercitem sua função apenas em benefício próprio, deixando a comunidade sem acesso, além de não providenciar manutenção desses espaços.

#### 4.9 PROJEÇÃO DE FILMES

A projeção de filmes, para fins de lazer e a promoção do acesso à informação e reflexão coletiva, é um instrumento bastante eficaz, que desperta a atenção e possibilita o acesso a um bem cultural, as vezes de difícil acesso para a população de baixa renda. Durante a projeção de filmes, percebia-se muita compenetração de todos a tudo que se passava enquanto história, cenário e informações (Diário de Campo: 20/11/07).

Os filmes abordados no grupo, veiculam temáticas muito pertinentes a realidade que cada um vive em seu cotidiano, como a exclusão, a precariedade, a falta de recursos financeiros, busca por espaço social, preconceito racial, relações afetivas e amorosas, família, desemprego, a falta de moradia, sonhos. Podem-se notar os quantos às expressões da questão social se faziam presentes, através de todas as vulnerabilidades, no entanto, as contradições sociais também se

destacavam em cenas de extrema riqueza e a própria exploração dos trabalhadores precarizados como os estagiários.

Um exemplo de filme apresentado é o “Em busca da felicidade”, cujo personagem Chris Gardner (Will Smith) representava bem a luta de um homem e sua família pela própria sobrevivência, para manter os laços afetivos e os vínculos familiares, tendo que correr atrás de todas as tentativas possíveis (Diário de Campo: 08/04/08). Esse personagem tem que suportar a pressão de diversos fatores sociais e econômicos em seu cotidiano, inclusive a luta pela sobrevivência e a manutenção da renda familiar. Seu grupo familiar compunha-se da mãe (Thandie Newton) de seu filho de cinco anos Christopher (Jaden Christopher Syre Smith) e o próprio Chris. O histórico representado no filme demonstra elementos relativos às condições de vida enfrentadas no âmbito das relações familiares e sociais. Um breve relato aponta que:

A esposa de Chris, sem condições de suportar a situação, ela relutantemente decide partir. Chris, agora um pai solteiro, continua a perseguir desesperadamente um emprego com melhor remuneração, usando toda sua habilidade de vendedor. Ele ingressa como estagiário numa grande importante corretora de ações, e apesar de não haver salário, ele aceita, na esperança de no final do programa conseguir um emprego e um futuro promissor. Sem apoio financeiro, Chris e seu filho são despejados de seu apartamento e logo são forçados a dormir em abrigos, estações de ônibus, banheiros e onde quer que possam achar refúgio durante a noite. Apesar dos problemas, Chris continua a honrar seu compromisso como um pai amoroso e afetuoso, usando a afeição e a confiança que seu filho depositou nele para superar os obstáculos que encontra (<http://www.cinepop.com.br/filmes/aprocuradafelicidade.htm>).

Assim, através desse exemplo, notou-se que a história representa um drama urbano, em que as condições de vida da modernidade são enfrentados pelos sujeitos. Mas, ao contrario de Chris, que mesmo como pai solteiro, teve sucesso no final, muitos adolescentes, crianças, jovens e adultos não conseguem encontrar seu espaço, por mais que lutem, devido à exclusão social que impera nos dias de hoje.

Outro exemplo de filme assistido pelo grupo é: “Lei das Ruas”, dos atores Ron Reaco Lee, Bizzy Bone, Alexis Fields, Anna Maria Hoshford, Brandon Thomas. Esse filme ilustra a historia de uma gangue de rua, mal sucedida, que realiza um seqüestro que termina na morte de um homem inocente. O jovem chamado Dre, formado em faculdade, é personagem central da trama, é o principal responsável por essa morte violenta. Aos poucos vai tomando consciência de seus atos, tenta

enterrar o passado, larga a arma e se torna amigo da família de quem ele assassinou. No final, vai para a prisão, após assumir a culpa diante de sua namorada, e da mãe da mesma, filha e esposa, respectivamente, do homem a quem matou (Diário de Campo: 15/05/08).

Mas, violar as regras das ruas tem conseqüências mortais e os acertos finais geralmente terminam com morte, num ciclo gerador de violência e destruição de vínculos. Além disso, outros perigos das ruas são apresentados como o tráfico de drogas, a prostituição, o desrespeito à vida, o racismo (o filme mostra a vida de jovens negros e suas famílias) e a pobreza.

No entanto, alguns jovens ousam sonhar com uma vida digna, onde seja possível amar e viver livremente. E a busca por esses sonhos ocorre através da luta por educação, o acesso a uma universidade, o emprego digno das mulheres negras e dos jovens, o esporte entre outros. Esses elementos trazem bastante identificação dos adolescentes na comunidade, pelos personagens e pela contextualização das temáticas, devido a atuação de atores negros, muitos jovens e adolescentes, além de demonstrar cenas que o grupo vivencia no seu cotidiano, na própria comunidade.

Além disso, chamou a atenção o fato de os filmes demonstrarem o lado extremamente negativo de aspectos como a violência, o tabagismo, as drogas, a criminalidade, a exploração sexual, o tráfico, o preconceito entre outros. Os personagens representaram com muita propriedade o quanto uma pessoa se torna alienada, perdendo o respeito e a dignidade quando entram nesse ciclo. No entanto, os jovens usuários de drogas e portadores de armas de fogo, o faziam para se sentir encorajados e demonstrar força diante dos demais. Mas, os filmes também trazem com muita clareza a resistência de pessoas que buscavam melhorar a vida e transformar a realidade a seu redor, através da educação e da busca por renda digna.

Ao realizar essa intervenção, percebeu-se a importância de realizar um trabalho que dinamize a formação da consciência, através do uso de instrumentos existentes em nossa sociedade, como a utilização de filmes, demonstrando com clareza como é possível resistir a ciclos destruidores como a violência e o tráfico de drogas. Essa dinamização se dá de modo dialético, na categoria crítica da contradição, onde se torna visível o processo de superação da realidade, de resistência as desigualdades, ao racismo e a pobreza. Nesse sentido, o trabalho profissional carece de um olhar crítico, mas também de uma ação criativa, mesmo

quando ocorrem momentos de improvisação, para que esse mesmo processo de trabalho não se torne apático, sem proposta coerente, e sim, seja ele mesmo superado.

#### 4.10 INCLUSÃO DIGITAL

Uma das áreas de maior interesse juvenil é a questão do acesso a rede de tecnologia da informática e a internet, como via de estabelecimento de vínculos comunicativos com amigos e com o mundo, além de vivenciar momentos de lazer, acesso a cultura, a informação e o entretenimento. Apesar das dificuldades em dominar a técnica de acesso a rede, muitos passam a descobrir caminhos e construir aprendizagem, acerca da linguagem mundial utilizada em sites e programas (Diário de Campo: 09/09/08)

Mas, acessar a internet com possibilidade de desfrutar de máquinas compostas por tecnologia avançada, atualizada e com recursos interessantes é mérito de uma pequena parcela da população brasileira. Conforme pesquisa IBOPE/NetRatings de 2004,

12,4% dos domicílios brasileiros já contam com internet, sendo que 28 milhões de brasileiros com 16 anos ou mais já utilizaram a rede, cerca de 22% da população. Ou seja, menos de 1/5 tem acesso e desse percentual, apenas 1/3 possui conexão banda larga, sendo distribuído quase totalmente em famílias de classe A e B (IBOPE/NetRatings apud D'AVILA, 2007:18).

Desse modo, mesmo com as precárias condições que uma sala de informática de um Centro de Referência em Assistência Social possa conter, é necessário insistir em um processo de inclusão tecnológica dos adolescentes e jovens, possibilitando que seja trilhado um caminho de emancipação e instrumentalização da população menos favorecida. Nota-se que, os adolescentes aproveitam muito os curtos espaços de tempo e as frágeis máquinas disponíveis, quanto lhes é proporcionada oportunidade de acesso a informática. Além disso, defende-se que essas populações, em breve, tenham acesso a um software livre, cujo acesso seja realmente livre e democrático, sem necessidade de protocolos restritivos, impostos pelas grandes detentoras do mercado on-line.

#### 4.11 EFETIVAÇÃO DO ACESSO A CULTURA E LAZER

Atividades de lazer e entretenimento constam de coisas que os jovens fazem ou gostariam de fazer no dia a dia ou nos finais de semana. Esse aspecto da vida é importante para a socialização das pessoas, em tempo livre e em espaços culturais preparados para essa finalidade. Conforme os dados da pesquisa do livro “Retratos da Juventude Brasileira” (2005):

É possível verificar que nessa categoria reside a maior parte do desejo não atendido: 45% dos jovens citam diferentes atividades de diversão, quando perguntados sobre o que nunca fizeram, mas gostariam de fazer. Os motivos pelos quais não fazem são diversos, mas o principal é a falta de dinheiro (para 41%) ao lado da falta de tempo (para 17%) e impedimentos colocados pelos pais (para 13%) (ABRAMO e BRANCO, 2005:57).

Mesmo levando em consideração questões como a faixa etária e gênero, é necessário reforçar que a situação socioeconômica é a maior responsável pelo acesso ou não ao lazer.

Portanto, a efetivação do acesso à cultura e ao lazer também é um desafio muito pertinente ao processo de trabalho, especialmente quando se trata de abordagem com adolescentes e jovens. No entanto, a reflexão que se faz é que esse empenho é indispensável dentro do processo de trabalho que está sendo efetivado. Além de ser garantido em lei, conforme preconiza o ECA, no Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Além de colocar em prática o que defende a legislação, através da abordagem coletiva, busca-se superar paradigmas excludentes impostos por ideologias opressoras, sobre grupos sociais menos abastados e empobrecidos, como é o caso da maioria da população da comunidade na qual esse estágio foi realizado. Entre muitos elementos impostos, através de ideologias dominantes, encontra-se o mito da marginalidade, que conforme aponta Camargo, “está baseado

num modelo falso de sociedade equilibrada e integrada, que nega a existência do conflito, da coação e da exploração” (MARCELINO, 1995:32).

Como exemplo de ações nessa área, destaca-se a seguir a realização de um passeio de Integração e Confraternização, na Sociedade Floresta Aurora, no Bairro Ipanema, envolvendo o Agente Jovem do grupo da manhã e da tarde. Atividade essa com presença de todos, com transporte gratuito, lanche, disponibilidade de material esportivo e acompanhamento dos profissionais envolvidos com os grupos (Diário de Campo: 13/03/08).

Outro exemplo fora o Passeio Cultural à Exposição RBS no AR - 50 anos de Vida (Diário de Campo: 13/11/07). Conforme informação do site da RBS,

Os últimos 50 anos foram os mais intensos e transformadores da vida cotidiana da humanidade. O pós-guerra, a aceleração tecnológica e as mudanças de comportamento construíram uma nova sociedade. Esses 50 anos foram vivenciados profundamente pela mídia, a responsável pela intensidade de mudanças de forma global. A exposição NO AR aborda essa transformação da paisagem doméstica, da casa, da maneira como vemos o mundo, das emoções que vivemos juntos e de um desejo de futuro melhor (<http://www.noar50anosdevida.com.br/site/content/exposicao/Default.aspx>).

Assim, adolescentes e jovens podem desfrutar do conhecimento em torno da cultura produzida na história da humanidade, vivenciando seus aspectos em exposições e passeios. Dessa forma, todo o movimento coletivo realizado com o Grupo Agente Jovem, se propõe a valorização da cultura e do acesso aos recursos socialmente construídos, através da efetivação das políticas públicas.

#### 4.12 O HIP HOP

Uma das ações que mais despertam o interesse da juventude é o Hip Hop. Apesar de ser rechaçado pelos meios de comunicação e associado como uma cultura de violência, de consumo de drogas, entre outros, o Hip Hop tem uma intensa relação com o público jovem das periferias urbanas. Sua expressão se dá através da dança, da arte, do desenho, da música. O Hip Hop representa bem os processos de resistência organizada da população mais estigmatizada,

marginalizada e sofrida, diante da opressão da sociedade de consumo capitalista (Diário de Campo: 27/03/08).

Desse modo, observou-se que o grupo de adolescentes se envolveu com bastante afinco nas atividades de dança, do desenho e do desenvolvimento de coreografias. Percebeu-se o quanto os adolescentes gostam de participar por se tratar de uma valorização cultural pertinente a realidade da comunidade. Especificamente o Hip Hop é um movimento com que os jovens das periferias se identificam, por lembrar de muitas de suas condições, como a negritude, a exclusão e o pré-conceito. Esses fatores são expressões de resistência social e coletiva, vivenciadas em grupos organizados. Conforme o site CONSCIÊNCIA:

Muitas das manifestações culturais brasileiras estão identificadas com a população negra. O samba, caboclinho, maracatu, movimento Mangue Beat, capoeira e muitas outras são lembradas como parte da grande contribuição dos negros para a cultura nacional. Dentro dessa diversidade, o movimento Hip Hop tem ganhado cada vez mais destaque no Brasil e atraído muitos jovens, especialmente aqueles que moram nas periferias ([www.comciencia.br/reportagens/negros](http://www.comciencia.br/reportagens/negros)).

Na maioria das vezes esse tipo de expressão e produção cultural é abordado pela mídia ou por discursos ideológicos de forma difusa, associados à desordem, marginalidade, crime, imoralidade, falta de educação tráfico de drogas. Assim, esse enfoque gera exclusão, discriminação e segregação social.

Mas, enquanto proposta de intervenção profissional quer se dar seqüência a proposta de valorização dessa cultura, oriunda da juventude brasileira das comunidades afastadas dos grandes centros urbanos, numa tentativa de resgate da cidadania e de fortalecimento de suas resistências.

Enfim, destaca-se a partir dessas vivências, um favorecimento do crescimento grupal em diversos aspectos, especialmente no que se refere a participação, organização, envolvimento e empenho. Isso facilita também o estabelecimento de limites e a superação de desafios buscada por todo seu cotidiano. A realidade de cada um é dura, mas a intencionalidade do trabalho desenvolvido com o grupo não é de oprimir ou de impor, mas de transformar através da educação para uma convivência mais respeitosa e harmônica, superando conflitos e dificuldades dentro do grupo, além de não menosprezar, mas sim de valorizar a cultura que cada um traz.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da abordagem realizada nesse Trabalho de Conclusão de Curso, alguns aspectos ainda podem ser considerados e destacados, especialmente por permanecerem como desafios em termos de construção do conhecimento acerca da realidade. Esse é um caminho que precisa ser trilhado, a partir do comprometimento ético-político com a garantia do acesso aos direitos dos sujeitos, com postura crítica e investigativa referente aos diversos fatores que compõem as relações sociais.

Como a temática abordada versava sobre a questão das políticas públicas para adolescentes e jovens, com especial ênfase na competência do Assistente Social no processo de sua realização, defende-se a questão da primazia do papel do Estado para o seu empreendimento e a inserção capacitada do Serviço Social na promoção de processos de trabalho voltados para a juventude. Para tanto, a utilização do referencial teórico-metodológico exige uma abordagem pedagógica apropriada, que dê conta das demandas específicas dos interesses da juventude e da sua condição social.

Muitas vezes o profissional de Serviço Social não se encontra capacitado para realizar abordagens coletivas com adolescentes e jovens, pela dificuldade de apoiar-se em recursos que vão desde a conceituação adequada, o uso de referência teórica histórica e condizente até questões institucionais como a precariedade dos recursos e espaços para a participação juvenil. Por isso, considera-se importante não apenas abordar políticas públicas, mas conhecer a realidade posicionar-se perante a mesma, apontar rumos de intervenção e dinamizar a transformação social começando pela superação da alienação, pelo acesso a informação, pelo respeito às diferenças.

Para ter melhores condições de refletir e propor considerou-se, além do conhecimento da realidade social, econômica e política brasileira, aspectos referentes ao projeto de intervenção realizado no CRAS Restinga e Extremo Sul, da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre/RS, em conjunto com o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, do Governo Federal. Nesse processo, percebeu-se que as interações sociais ocorrem de forma dinâmica, em constante construção histórica, pela participação dos usuários na instituição.



Hoje, em nossa sociedade, os desafios persistem, na forma de enfrentamento da desigualdade, das injustiças e da falta de acesso aos recursos produzidos. Somente a partir da compreensão de toda essa constituição institucional, da comunidade, fora possível elaborar o objeto de intervenção e construir o projeto de intervenção junto ao grupo Agente Jovem.

E, para construir o conhecimento nesse Trabalho de Conclusão, foi necessário compreender o papel bastante ativo e importante do Serviço Social que é grande protagonista na prestação de serviços, de forma a responder as necessidades dos usuários, a serviço de uma entidade de cunho sócio-assistencial. Existem contradições notadas nas dificuldades que cada sujeito encontra durante o processo de superação da pobreza e da escassez de recursos, mas existem muitos direitos que estão sendo garantidos pela execução de políticas públicas adequadas para a comunidade, proporcionando uma expectativa de resistência aos desafios da sociedade contemporânea, as dificuldades de se conseguir emprego, as afrontas à dignidade humana, buscando garantir uma vida melhor a adolescentes e jovens.

Assim, estabeleceu-se um processo dialógico de estudo investigativo, de formação, para responder aos desafios teórico-metodológicos e ético-político, em conjunto com o estabelecimento das relações humanas e com profissionais, A construção do conhecimento é um processo inacabado, segundo Freire (1996). Paulo Freire destaca que “a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca” (FREIRE, 1996:20). Não existe processo que se realize de forma estática e acabada, formalista ou terminal. O movimento da vida é contínuo e jamais se conclui, mas precisa de que se esteja consciente desse processo.

Além disso, Freire acredita que a esperança tem valor motor da transformação social. Para ele, “a esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, a desesperança é o aborto desse ímpeto” (FREIRE, 1996: 27). Por isso, a necessidade de empreender uma esperança, não de passividade, de quem espera que as coisas sejam dadas gratuitamente, sem esforço, mas de uma esperança utópica, de quem caminha lutando e criando o próprio caminho, passo a passo, planejando e avaliando suas próprias ações, suas conseqüências e possibilidades, a cada passo dado. É um fazer e refazer, aprendendo e reaprendendo dialeticamente, conjugado com o meio e com a sociedade, num todo

entrelaçado, absorvendo as nuances e movimentos de saberes diversos que se produzem e reproduzem no tempo sócio-histórico.

A partir da análise reflexiva de dados da realidade brasileira e da própria comunidade, da Política Nacional da Assistência Social – PNAS e de aspectos da própria instituição da Fundação de Assistência Social e Cidadania, pode-se apreender e conhecer melhor as políticas que perpassam a instituição, através das contradições e das demandas. Principalmente, é possível traçar linhas interventivas acerca das Políticas Públicas para a Juventude, abrangendo adolescentes e jovens. Tendo por base esse cenário, reflexivo e propositivo, apresenta-se o pensamento de Marilda Iamamoto, também proposto como um desafio contemporâneo a todos os Profissionais do Serviço Social. Segundo a mesma, a insatisfação e a indignação com esta sociedade, cindida por profundas desigualdades, perfila significativas parcelas da categoria, como força propulsora que impulsiona o seu envolvimento, com garra e determinação, nos movimentos da sociedade, contrastando com outros segmentos profissionais, que se acomodaram ao status quo (IAMAMOTO, 2002:65).

Todo o conhecimento aqui gerado sobre a realidade, possibilitou a identificação do objeto de intervenção e a elaboração do projeto de intervenção. Assim, é necessário dispor-se a superar esses desafios, através da busca contínua do conhecimento e do posicionamento crítico frente aos mesmos, estabelecendo conceitos que valorizam as pessoas como sujeitos de sua própria história, como protagonistas da transformação social.

Durante a realização das ações do Projeto de Intervenção, em conjunto com o Grupo Agente Jovem, pode-se viabilizar a efetivação desse processo de constante enfrentamento de desafios. Na prática, elementos como a organização, a mobilização, a conscientização, a participação, foram vivenciados a partir da proposição das dinâmicas, do contato cotidiano e da acolhida de cada sujeito, com suas peculiaridades individuais e familiares. Estabeleceu-se uma trajetória de inclusão e valorização das pessoas, possibilitando que cada um realizasse um processo de apreensão de informações, de identificação coletiva, de valorização do outro e de participação em espaços públicos próprios para o exercício das políticas públicas. Desse modo, acredita-se ter criado vínculos sociais de união, além de alimentar a esperança e a resistência frente às desigualdades sofridas por cada um, frente à necessidade de transformação da realidade.

Assim, o trabalho desenvolvido demonstrou a possibilidade de, ao compreenderem-se as contradições impostas pela contemporaneidade na construção de um mundo pautado pela garantia do acesso aos direitos, o Assistente Social constitui-se em um trabalhador que na sua relação direta com o usuário, tem a possibilidade de trabalhar no constante processo de desalienação. Sua ação intencional, crítica e criativa o faz promotor da consciência histórica, absolutamente necessária para a transformação social, contribuindo com a superação das injustiças, das desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena, NOVAES, Regina. **Projeto Juventude. Documento de Conclusão. Versão inicial para discussão, complementação e ajustes.** Instituto Cidadania SP: 2004.

ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional.** Instituto Cidadania. SP: Ed. Fundação Perceus Abramo, 2005.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional.** Instituto Cidadania. SP: Ed. Fundação Perceus Abramo, 2005.

ANDALÓ, Carmem. **Mediação Grupal. Uma leitura histórico-cultural.** S.P: Agora, 2006.

ADAMS, Telmo. **Prática Social e Formação para a Cidadania.** POA: Edipucrs, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** S.P: Boitempo, 2004.

BAPTISTA, Myrian Veras in **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber.** 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Planejamento Social Intencionalidade e Instrumentação.** Veras, 2ª edição, S.P: Lisboa, 2003.

BORDIGNON, Milene de Oliveira. **Indicadores de Avaliação. Material para fins didáticos.** Porto Alegre, 2000.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e Trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional.** Instituto Cidadania. SP: Ed. Fundação Perceus Abramo, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 08 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social**, 1993.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF. 2004.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal 5 de outubro de 1988**. Brasília.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília.

\_\_\_\_\_. **IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese dos Indicadores Sociais 2006**. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia). Acesso em: 02 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. **MDS. Sistema Único da Assistência Social (SUAS)**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas>. Acesso em 13 de agosto de 2008.

CARLINI-MARLATT, Beatriz. Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem. In: ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. Instituto Cidadania. SP: Ed. Fundação Perceus Abramo, 2005.

CINEPOP. **À Procura da Felicidade**. Disponível em: <http://www.cinepop.com.br/filmes/aprocuradafelicidade.htm>. Acesso em: 08 de abril de 2008.

CONSCIENCIA. **Hip Hop fala contra o racismo e a desigualdade social**. Disponível em: [www.comciencia.br/reportagens/negros](http://www.comciencia.br/reportagens/negros). Acesso em: 27 de novembro de 2007 e 27 de março de 2008.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** SP: Cortez Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Assistência Social como Política Pública: do sistema descentralizado e participativo ao Sistema Único da Assistência Social – SUAS**. In: MENDES, J.R.;

PRATES, J.C; AGUINSKY, B. (Orgs). **Capacitação sobre PNAS: no caminho da Implantação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

CRER-VIP - Centro de Recuperação e Reeducação das Vítimas do Álcool e das Drogas. **Cheirinho de Iolô, Benzina, Lança-perfume**. Disponível em: <http://www.crer-vip.org.br/drogas/lolo.htm>. Acesso em: 18 de março de 2008.

CRESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Disponível em: [http://WWW.cress.org/docs/Código\\_Processual\\_de\\_ética.pdf](http://WWW.cress.org/docs/Código_Processual_de_ética.pdf)

D'AVILA, Manuela. **Políticas Públicas para a Juventude**. Câmara dos Deputados. Brasília, 2007.

DIREITONET. REDE DE DIREITOS HUMANOS E CULTURA. **Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos>. Acesso em: 18 de agosto de 2008.

ENGELS, & Marx. **Manifesto do partido comunista 1984**. Ed L& PM Pocket, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo Vozes, 1996

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Ed. Standart Brasileira. E. Escuta, Ltada, 1986.

GRUPO RBS. **No Ar 50 Anos de Vida**. Disponível em: <http://www.noar50anosdevida.com.br/site/content/exposicao/Default.aspx>. Acesso em: 13 de março de 2008.

GUARESCHI, Pedrinho. **Comunicação & Poder. A presença e o papel dos Meios de Comunicação de Massa estrangeiros na América Latina**. 13ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. Instituto Cidadania. SP: Ed. Fundação Percecu Abramo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

INCA. **Dados sobre Tabaco e Pobreza: um círculo vicioso** Disponível em: <http://www.inca.gov.br/tabagismo/31maio2004/dados.doc>. Acesso em: 29 de maio de 2008.

KERN, Francisco Arseli. **As mediações em redes como estratégia metodológica do Serviço Social**. 2ª edição, Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

LAPASSADE, Georges. **Teoria dos Grupos**. 3ª Edição, SP: ed. Francis Alves, 1989.

LAÇANCE, Antônio. Brasil: Jovens de Norte a Sul. In: ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. Instituto Cidadania. SP: Ed. Fundação Perceu Abramo, 2005.

LEWGOY, Alzira, SILVEIRA, Esalba e BELLINI, Maria Isabel. **“Técnicas de entrevista”**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, Porto Alegre.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. 2ª edição SP: Papirus. 1995.

MARTINELLI M. Lucia. **“Análise de conjuntura”** Material didático da aula de Laboratório V, 2000.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e Serviço Social: Contribuições para debate**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N 55. 1997.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

O PORTAL DO PROTAGONISMO JUVENIL. **Protagonismo Juvenil**. Disponível em: [www.protagonsimojuvenil.org.br](http://www.protagonsimojuvenil.org.br). Acesso em: 08 de setembro de 2008.

OBSERVATÓRIO DE PORTO ALEGRE. **Banco Estatístico**. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/tpl\\_indicadores.php](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/tpl_indicadores.php). Acesso em: 22 de agosto de 2008.

OUTEIRAL, José Ottoni. **Adolescer: Estudos sobre a Adolescência**. POA: Artes Médicas, 1994.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades Humanas Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. S.P. Cortez, 2000.

PRATES, Jane Cruz. **Gestores Sociais – Competências, habilidades e atitudes**. Jane Cruz Prates é Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCRS, POA: 2008.

\_\_\_\_\_. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social. Tese de Doutorado**. Porto Alegre, PUCRS-FSS, 2003.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Juventude**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame\\_juventude.htm](http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm). Acesso em 08 de setembro de 2008.

PROJETO TÉCNICO. **Proposta de adequação do PROGRAMA AGENTE JOVEM** em Porto Alegre, 2007.

ROCHA, Simone Rocha da. **Possibilidades e Limites no Enfrentamento da Vulnerabilidade Social Juvenil: A Experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre**. Tese de Doutorado, Porto Alegre: 2007.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 62. S. Paulo, 2000.

SARTI, Cynthia Andersen. A Família como Universo Moral. In: **A Família Contemporânea em Debate**. CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org). SP: Cortez Ed., 2003.

SERRA, Rose M. S **Crise do materialismo no Serviço Social Repercussões no mercado profissional**. S.P: Cortez, 2000



SERRÃO, Margarida, BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a Ser e a Conviver**. SP: Fundação Odebrecht. FTD, 1999.

SOLAGNA, Fabrício. Emancipação Tecnológica: a questão da inclusão digital. In: D'AVILA, Manuela. **Políticas Públicas para a Juventude**. Brasília: 2007.

SOSPE. **Tabagismo ativo e passivo**. Disponível em: [www.soespe.com.br](http://www.soespe.com.br). Acesso em: 29 de maio de 2008.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSITI, Aldaíza. A menina LOAS. **Um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César R. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, MG: 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas reflexões sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. Instituto Cidadania. SP: Ed. Fundação Perceus Abramo, 2005.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Serviço Social e Prática Reflexiva**. Rio de Janeiro, 1997.